

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

O Edifício Cultural Norte-Americano: entre a
“Utopia Dominante” e a “Utopia Marginal”

Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Americanos

Sob a orientação de: Prof.^a Doutora Maria Teresa Castilho

Sérgio Pinto

2010

Agradecimentos

O percurso académico de um qualquer estudante é feito de aprendizagens e influências. A Faculdade de Letras da Universidade do Porto permitiu-me ao longo destes últimos anos – primeiro durante a licenciatura e posteriormente durante o mestrado – o contacto com os mais diferentes saberes e pessoas. Por isso, o meu primeiro agradecimento é dirigido à instituição e a todos aqueles anónimos que diariamente permitem o seu regular funcionamento. Deste conjunto de individualidades devo destacar todos os professores que comigo partilharam conhecimentos, em especial aqueles mais de perto relacionados com o Departamento de Estudos Anglo-Americanos cujo recente trabalho em torno da problemática da utopia inevitavelmente influenciou as minhas próprias reflexões e a presente dissertação. À minha orientadora, a Prof.^a Doutora Maria Teresa Castilho, agradeço de forma especial pela verticalidade de espírito no trato das minhas falhas e pelo entusiasmo que em mim foi inculcando, ao longo dos tempos, por todas as matérias que à América dizem respeito. A todos os inúmeros colegas de curso gostaria também de agradecer pelas experiências partilhadas e pelas conversas ocasionais que contribuíram igualmente para as reflexões que poderão ser encontradas neste texto. Por fim, não poderia deixar de fora deste parágrafo aqueles que me conduziram até aqui, os meus pais a quem dedico esta tese.

Introdução – Os alicerces estruturais da nação

So we beat on, boats against the current, borne back ceaselessly into the past.
(Fitzgerald 1953: 182)

O estudo da cultura de uma nação consiste na análise da forma como certos aspectos particulares da sua identidade se repetem nos mais diferentes períodos da sua História. Tal empreendimento deve ter em consideração que o sistema de ideias predominante não só enforma actos e eventos, mas também é por estes alterado. No sentido mais comum do termo, cultura é entendida como conceito que engloba todos aqueles conhecimentos, valores, costumes e hábitos partilhados por uma determinada comunidade humana. No entanto, esta face visível da identidade de uma nação varia profundamente de acordo com a época histórica concreta. Assim sendo, a função da análise cultural não se deverá cingir apenas à catalogação pormenorizada destes factores mesuráveis, pelo contrário dever-se-á prestar maior atenção aos vestígios temporais de continuidade e descontinuidade. O edifício cultural de uma nação traça fronteiras que delimitam a acção quotidiana do indivíduo. Como estas fronteiras são volúveis, o estudo conclusivo de uma qualquer cultura é tarefa sempre complexa porque só aquilo que é imutável pode ser definido permanentemente.

Os Estados Unidos da América é uma nação composta por várias “nações”. Os vários Estados, os vários povos, as várias crenças e as várias opiniões que a compõem são o resultado das vicissitudes do seu processo histórico próprio que tornou possível o encontro e a convivência de diferentes idiosincrasias sobre um mesmo solo partilhado. Talvez por isso mesmo, a sua cultura se distinga pelo conjunto de forças circulares que remetem sucessivamente a análise dos acontecimentos concretos para um legado mítico peculiar. Este raciocínio implica a existência de um edifício cultural restrito, ao qual se regressa a cada passo. Todos aqueles factos dissonantes da vida social que incidam para

lá dos limites demarcados pelos valores canónicos são imediatamente considerados estranhos aos superiores desígnios da nação.

Um dos aspectos identitários que mais se repete na cultura nacional é aquilo a que poderemos chamar de fenómeno utópico. O grande número e variedade de projectos experimentais levados a cabo no território norte-americano patenteia a recorrência da utopia e demonstra uma predisposição cultural para este tipo de perspetivação imaginativa da realidade. Enquanto propensão espontânea do pensamento humano, a utopia revelou-se decisiva no enlace e desenlace dos mais diversos marcos da História do país, desde a colonização dos primeiros dias até à eleição do seu mais recente presidente.¹ Em síntese, podemos concluir que na América diferentes acontecimentos históricos concretos são marcados pelo mesmo impulso utópico original.

A utopia tem sido, de facto, um fenómeno tão complexo como mal-entendido. Tendo o termo surgido, primeiramente, pela mão da literatura para dar nome a uma ilha ideal imaginária, rapidamente, a palavra se alargou para designar uma determinada atitude mental perante a realidade. A leviandade com que se utiliza o termo nos nossos dias não deverá fazer descuidar a preponderância humana que o conceito encerra. A utilização do prisma utópico esteve presente nas mais significativas etapas do curso da História e apenas esse facto bastaria para resumir a sua importância. Como não existem ideias definitivas sobre o ser humano, também não pode existir uma definição definitiva do fenómeno utópico. Ambos são interdependentes entre si, pois todo o ser humano sonha, todo o ser humano persegue um futuro imaginado pela sua própria mente.

Na introdução ao seu estudo *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Benedict Anderson define nação enquanto “comunidade política imaginada”, pois mesmo que os seus membros não se conheçam ou se relacionem, “vive na mente de cada um a imagem da sua comunhão” (Anderson 2003: 6 – tradução minha). Neste sentido, o objectivo do presente texto será precisamente

¹ Barack H. Obama, quadragésimo quarto presidente dos Estados Unidos da América, eleito a quatro de Novembro de 2008 e empossado a vinte de Janeiro do ano seguinte.

analisar a forma como a nação norte-americana se imagina no mundo. Para esse efeito, será dedicada especial atenção ao peso da aliança singular de duas acepções distintas de utopia na imagem de comunhão concebida.² Por um lado, a “utopia dominante” que manifesta, defende e promove todos aqueles valores comuns genericamente partilhados e, por outro, a “utopia marginal” que os contraria, critica e rejeita. Esta dissertação propõe-se analisar, portanto, as potenciais relações entre utopias resultantes de linhas de pensamento não dominante e o projecto que desde o início da nação dominou decisões e ditou comportamentos. A linha que delimita estas duas acepções de um mesmo fenómeno é ténue pois ambas são faces opostas de uma mesma realidade, ambas existem para fins idênticos e, no decurso da sua actividade simultânea, ambas se influenciam uma à outra. A “utopia marginal”, a título de exemplo, recebe boa parte da sua inspiração de alguns dos mais importantes atributos identitários do sistema de ideias predominante, não sendo assim por acaso que os próprios valores divergentes que encerra surjam envoltos sob a forma de utopia. Estas vozes de reacção contra o estado de coisas instalado são não só uma imagem de marca da sociedade norte-americana, como também um elemento imprescindível na constante questionação e actualização dos valores centrais que regem qualquer comunidade humana que se queira bem-sucedida.

A fim de clarificar alguns destes pontos de partida, iniciaremos a análise definindo o corpus teórico proposto. No que refere à utopia estas definições, apesar de abrangentes, serão moldadas tendo em vista, acima de tudo, o caso particular norte-americano. Após o indispensável enquadramento inicial sobre a metodologia a aplicar, partiremos para a abordagem de manifestações históricas que pelas suas características intrínsecas melhor expressem o quadro teórico proposto. O Pastoralismo de Thomas Jefferson e a Beat Generation surgem, neste contexto, como dois momentos da História dos Estados Unidos da América aparentemente distintos entre si mas que, não obstante,

² A excepcionalidade norte-americana de que nos falava Alexis de Tocqueville (célebre pelas suas viagens físicas e mentais ao cerne da nação) parece ter afectado o próprio funcionamento do seu fenómeno utópico.

Os alicerces estruturais da nação

revelam forças semelhantes de continuidade e descontinuidade cultural. O seu estudo e análise procurarão demonstrar a contínua digladição da “utopia marginal” com a “utopia dominante” na construção ininterrupta do edifício cultural norte-americano.

Capítulo I – Utopia e suas singularidades: o caso americano

Every society, every age, has its own cultural horizons. Every nation has its own traditions, its own character, its own face. Every nation has its own centre of moral gravity, which differs from that of every other: there and only there its happiness lies – in the development of its own national needs, its unique character. (Berlin 1990: 37)

A facilidade de acesso à informação é uma das mais emblemáticas características do mundo moderno. O constante progresso científico e tecnológico dos nossos dias promove significativas melhorias na capacidade do ser humano compreender a sua condição e o seu meio. À medida que as limitações da existência humana vão sendo superadas, o mundo deixa de ser um lugar enigmático e hostil. A insatisfação, outrora manifestada, perante a incapacidade de interferir nas vicissitudes da realidade é agora amenizada pela crescente percepção da possibilidade efectiva de obtenção e manuseamento do conhecimento; privilégios que apenas as sociedades desenvolvidas de hoje têm para oferecer.³ Por tudo isto, se tivermos em consideração que grande parte da dinâmica interna do funcionamento do fenómeno utópico depende do desconforto face a um paradigma tido como cerceador das mais básicas liberdades humanas, não é de estranhar a recente queda em desgraça da sua reputação. A ideia de que a civilização caminha inexoravelmente de encontro a um patamar de existência perfeito, onde a ciência e a tecnologia impossibilitarão inquietações ou cuidados, define qualquer necessidade de reflexão crítica sobre o presente tendo em vista o alterar de um futuro já de si certo. As viagens de descoberta rumo ao desconhecido são inúteis num mundo onde se acredita que todo o conhecimento se encontra globalizado.

Ao consultar o mais básico dos dicionários actuais, três inevitáveis palavras se

³ É, assim, natural que as nações desenvolvidas de hoje se transformem em utopias a alcançar, a qualquer custo, pelas populações dos países menos desenvolvidos.

Utopia e suas singularidades: o caso americano

destacam para definir utopia: “superior”, “irrealizável” e “fantasia”. A primeira distingue, comparativamente, o plano ficcional apresentado pela utopia do plano real de onde esta emerge. A segunda indica a impossibilidade de transposição para a realidade deste superior plano imaginário. E a terceira caracteriza, sumariamente, todo o fenómeno como um devaneio quimérico do intelecto humano. Tal definição demonstra o actual estado de descrédito a que tem sido votada a utopia, muitas vezes associada a projectos irrealistas ou demagógicos no mais comum discurso político da nossa era. Grande parte da responsabilidade desta conotação ficou também a dever-se ao enfático insucesso da aplicação material de diferentes projectos utópicos no decorrer do século XX. No entanto, segundo Fernando Ainsa,⁴ todas as utopias podem ser divididas em dois grupos distintos. Por um lado, aquelas que alicerçadas na obra de Tommaso Campanella⁵ “privilegiam a ideia de ordem” (Ainsa 1991: 16 – tradução minha), sendo que os planos ficcionais aqui apresentados são constituídos por uma organização social austera de raízes totalitárias. E por outro, aquelas que, emanando do decisivo legado de Thomas More, são “inspiradas pela ideia de liberdade” (ibidem). Estas últimas tratam das “melhores imagináveis formas de se ser” (ibidem). Ainsa conclui, a este respeito, que apesar do falhanço da praticabilidade do primeiro grupo de utopias é necessário “recuperar a vitalidade e dinamismo libertador do sonho utópico original” (ibidem). Desta forma, se é verdade que desígnios de cariz utópico influenciaram parcialmente a formação dos regimes déspotas do século passado, também não deixa de ser menos verdade que qualquer projecto pode suscitar sempre múltiplos resultados. A instituição concreta de um plano de existência perverso resulta amiúde da acção de um indivíduo, ou conjunto de indivíduos, que fazem uso de diferentes meios para o alcançar de determinados fins. A imputação da responsabilidade não deve ser, neste caso, atribuída ao meio seleccionado (a utopia), mas sim às debilidades morais e humanas do utopista

⁴ Escritor uruguaio e colaborador da UNESCO. Autor de vários trabalhos sobre a utopia e sobre a preponderância da sua utilização.

⁵ Referência a *The City of the Sun*, a mais famosa obra deste filósofo italiano e uma das primeiras utopias literárias a serem publicadas após aquela que definiu o género, a *Utopia* de Thomas More.

em questão.

A despeito de ser geralmente tida como irrealizável, a utopia goza, ainda assim, de um enorme poder de sedução das massas, sendo inegável a sua aptidão para o exercer dos mais diversos efeitos no normal desenrolar da vida em sociedade. E no entanto, esta é a essência de um dos mais graves equívocos na crítica que lhe é constantemente reservada. Este facto, entre outros, contribuiu largamente para a grande indignação de Karl Popper, um dos mais acérrimos opositores da, nos seus próprios termos, “engenharia utópica” (Popper 1993: 167). Segundo Popper, “a tentativa do engenheiro utópico realizar o Estado ideal, recorrendo a um projecto global da sociedade, implica a centralização do poder nas mãos de uma minoria, passível de conduzir a uma ditadura” (169) e logo, a um regime totalitário que elimine qualquer voz que atente contra à globalidade do projecto. A imprecisão crucial desta análise reside na concepção de utopia que lhe está subjacente. Com efeito, a utopia é aqui tida como um conjunto de preceitos a serem fielmente postos em prática para a instituição de uma sociedade superior. De acordo com o autor, qualquer projecto racional determina uma finalidade e princípios orientadores que nos guiam de forma a atingir um supremo propósito. A necessidade de realização prática conduz assim à determinação de um Estado ideal a alcançar. Popper crê que uma utopia pode apenas ser útil se for possível estabelecer uma ideia consensual sobre o patamar de perfeição social a atingir. Tal ideia não atende à diferença de opinião e é, obviamente, limitadora da liberdade individual de escolha. Assim sendo, não é surpreendente que Popper relacione a utopia e o totalitarismo. Contudo, a utopia não deve ser avaliada como uma proposta de acção política, mas antes como uma tentativa de combater o imobilismo e motivar a própria acção. O projecto em si, e o que propõe, deve ser analisado tendo em conta os seus resultados e estes, como em qualquer outra tenção social, podem sempre diferir amplamente da vontade original do seu criador. Sendo bem mais fácil definir a utopia por aquilo que esta não é, avancemos por agora que a sua função primordial não é ser realizada, não é estabelecer uma tese que executada ao pormenor permita o alcançar de

Utopia e suas singularidades: o caso americano

um Estado ideal. A sua força reside, pelo contrário, naquilo a que chamaremos o “processo utópico”.

Não pode ser negado, entretanto, que à criação de todas as utopias preside o desejo de representação integral e definitiva de toda a existência humana. A ideia de que o auge do curso da História não foi ainda atingido e a noção de que a situação presente é sempre ultrapassável estão na base de todos os projectos que por utópicos se designam. A confiança iluminista na razão, assente na capacidade do ser humano para ultrapassar as limitações da sua existência e atingir um estado de perfeição global, ignora que os desejos de uns não são os desejos de todos. Cada indivíduo criará, por si e para si, um mundo perfeito único que não encontrará equivalência nos mundos perfeitos criados por todos os outros. Na mesma medida, os sonhos totalitários de uma sociedade ideal para uns transformou-se rapidamente num pesadelo para outros. O fenómeno utópico compreende, por tudo isto, que a materialização de uma condição plena universal é impossível e, para além disso, que se a utopia fosse porventura realizável, deixaria de fazer então qualquer sentido a sua própria existência. Não haveria, por certo, nada a mudar se o topo da existência humana fosse finalmente alcançado. A utopia deverá ser mesmo um dos poucos fenómenos cuja aplicação objectiva do seu processo poria em causa a utilidade do seu próprio funcionamento. Neste sentido, a concretização real de um mundo sem defeitos nunca ultrapassará a *qualidade do possível*, isto é, será sempre algo a *poder acontecer*. Quanto maior for a sua possibilidade ou verosimilhança, maior a sua capacidade para motivar a acção. Assim sendo, apesar da perseguição de um mundo ideal ser, por natureza, uma característica inerente ao pensamento humano, a análise de utopias deverá ter em consideração que o objecto estudado em causa é um mero ensaio e não um plano gráfico ou descritivo. A explanação de um método para a obtenção de um mundo melhor é a contribuição peculiar de um utopista, uma simples actividade pessoal e subjectiva. Estes mundos ideais, por isso mesmo, variam muito largamente consoante os mais íntimos anseios dos seus autores, bem como consoante o contexto cultural específico a que cada um deles pertence. Em suma, uma utopia deverá

Utopia e suas singularidades: o caso americano

ser apreciada pela ilusão da possibilidade de um mundo melhor que cria, pela capacidade mobilizadora do seu processo e não tanto pela capacidade de materialização das suas mais variadas propostas.

Cunhada por Thomas More, a palavra “utopia” resulta de um jogo de significados entre “não-lugar” (utopia) e “bom-lugar” (eutopia). De imediato, podemos assinalar a singular combinação do aparente carácter de inexistência da utopia e a sua, simultânea, localização no tempo e no espaço (*topos*). Todavia, é imprescindível estabelecer, desde logo, uma diferenciação essencial entre aquilo que constitui a utopia no seu sentido mais formal (utopia literária) e aquilo que Lyman Sargent denomina, muito simplesmente, de “sonhar social” (Sargent 1994: 9 – tradução minha) ou utopismo. Segundo Vita Fortunati, o utopismo consiste numa “atitude mental que especula sobre as alternativas potencialidades da experiência”, é a “capacidade de imaginar que é possível alterar a realidade através da hipótese de criação de uma ordem que não a real” e ainda, a “aspiração de ir para além da fixidez do presente com uma visão que é radicalmente alternativa à realidade em que o autor vive e opera” (Fortunati 635 – tradução minha). A utopia literária é, pelo contrário, a simples corporificação em forma de texto deste modo, definido por Fortunati, de perspectivar a realidade. É a construção retórica da “alternativa”, da “hipótese” e da “visão” supramencionadas. Na sua obra, precisamente intitulada *Utopia*, More apenas estabeleceu as convenções de um género, isto é, deu forma literária, com regras e estruturas específicas, a um conjunto vasto de realizações culturais há muitos séculos já existentes.

Qualquer utopia, independentemente do feitio que assuma, é sempre um receptáculo das mais variadas crenças filosóficas do seu autor e, por essa via, meio privilegiado para o acesso a um paradigma histórico particular. À sua criação está implícita a ideia de que todos os aspectos da vida social dependem do maior ou menor empenho do ser humano e que, portanto, estes estão sempre à sua disposição para serem modificados. A insatisfação dá lugar a uma solução individual, arquitectada através da construção conceptual de uma sociedade inexistente, na qual se projectam juízos

Utopia e suas singularidades: o caso americano

peçoais e à qual se concede realismo suficiente por forma a confirmar mais eficazmente a sua possibilidade.

Como abundam os mais variados termos e conceitos em torno do fenómeno utópico e de forma a tornar clara a interpretação, utilizaremos a denominação “utopia” como sinónimo aglutinador de todo o tipo de projectos alicerçados num utopismo, mesmo aqueles que nunca chegaram a ser textualmente materializados. É somente neste sentido que Lyman Sargent pode definir utopia enquanto uma “sociedade não existente, descrita com considerável detalhe e normalmente localizada no tempo e no espaço” (Sargent 1994: 9 – tradução minha). Se esta sociedade for melhor do que aquela em que o utopista vive, estamos perante uma Eutopia enquanto, pelo contrário, se a realidade retratada for pior, trata-se de uma Distopia.

Karl Popper acreditava, tendo por base uma definição que já considerámos errónea, que a utopia era um desígnio irracional potencialmente perigoso. Como resposta a esta forma de interferir socialmente propôs, aliás, a adopção de um modelo de acção alternativo. A “engenharia parcelar” (Popper 1993: 167), como lhe chamou, consistia no estabelecimento de reformas simples, reajustáveis e, acima de tudo, consensuais. Segundo Popper, o compromisso entre todas as partes interessadas permitiria “detectar e combater os males mais prementes e profundos da sociedade, em vez de procurar estabelecer um ideal supremo” (168). Por trás desta linha de pensamento encontra-se a pressuposição dogmática de que a utopia defende o corte radical com a realidade. O seu projecto assenta na negação daquilo que de facto existe e na procura de uma alternativa, apenas alcançável por via de uma revolução que altere subitamente todo o universo social dominante.⁶ Assim, a “engenharia social” drástica do utopista é recusada pois este é visto como um reformador radical que transita no absoluto em busca de idealidades. Em sentido totalmente oposto, começaram a fazer-se

⁶ A tenção revolucionária da utopia, a descontinuidade histórica que sublinha assume no caso americano contornos culturalmente significativos. A revolução na América, tal como a utopia (como veremos mais adiante) é um veículo para o reforço da identidade nacional que permite o contínuo regenerar do seu projecto colectivo.

Utopia e suas singularidades: o caso americano

ouvir, também, algumas vozes um pouco mais favoráveis ao desígnio utópico que acreditavam que a adoção de um método brusco de intervenção social era a única forma de criar um mundo radicalmente diferente. Entre estas vozes figurava Karl Mannheim, um dos grandes responsáveis pela revitalização da reputação da utopia como método efectivo de interferir oportuna e proveitosamente no curso da História. Segundo Mannheim, existe uma “incongruência” (Mannheim 1960: 173 – tradução minha) entre o plano utópico e o plano da realidade, na medida em que toda a utopia é dirigida a um conjunto de factos ainda não materializados no estado actual das coisas. Neste sentido, a função da utopia “enquanto orientação que transcende a realidade” é “romper com os laços da ordem existente” (ibidem). A utopia é, por conseguinte, uma subversiva forma de apontar os defeitos daquilo que existe, através do confronto da realidade em toda a sua imperfeição com um mundo perfeito, mas imaginado. A revolução é uma característica interna ao próprio fenómeno utópico que operando apenas no campo das ideias visa despertar os mais poderosos engenhos desencadeadores do “processo utópico”. Quer isto dizer que as utopias consagram uma ideia revolucionária se for essa a única maneira de garantir que o mundo actual não é definitivo.

Iniciámos anteriormente uma abordagem preliminar que concluía que a função primordial da utopia não é a sua realização concreta ou exacta. Uma utopia não é uma maquete para o futuro, mas sim um esboço que o presente deve perseguir. O plano de existência superior não é atingido pela transposição integral para a realidade de todos os preceitos apresentados e defendidos por um projecto particular. Esta intenção é antes concretizada pelo delinear de uma série de aproximações a uma ideia inicial, a uma utopia. Muito menos se trata aqui de engenharia, do traçar e dirigir de trabalhos no cumprimento fiel de um modelo reduzido. A utopia está, pelo contrário, bem mais próxima de factos ligados à psicologia humana, visto que os preceitos que invariavelmente patrocina são utilizados como referência orientadora, e mesmo motivacional, para a construção de sociedades mais perfeitas. Assim sendo, a

Utopia e suas singularidades: o caso americano

preponderância humana de um qualquer projecto de cariz utópico provém dos resultados da sua procura e não dos resultados da sua concretização material. Com efeito, o plano de existência superior funciona como guia de referência, como destino marcado num mapa, enquanto, o aperfeiçoamento humano ou social é apenas conquistado através do percorrer do caminho no seu encaço, tendo sempre em conta que a este, concretamente, nunca se chegará. É precisamente nisto que consiste o “processo utópico”, cuja propositada desvalorização da tangibilidade das projecções fantasiosas de mundos ideais evita muitas das hesitações, passadas e contemporâneas, sobre o próprio fenómeno.

O processo desencadeado pela utopia, a sua função primordial, consiste no motivar da acção humana tendo em vista uma idealidade que funcione como ícone da possibilidade de um mundo melhor. Por outras palavras, o “processo utópico” cria uma espécie de luz ao fundo de um túnel. O túnel é a realidade concreta, a luz o sonho utópico. E apesar de não ser possível nunca sair do túnel, se for encetada uma deslocação de encontro à luz existirá movimento, evolução e o esperado progresso. Trabalhar tendo em vista uma idealidade nunca garante a sua concretização, no entanto, a simples tentativa produz conquistas intermédias, provoca melhorias e proporciona todas as condições elementares para uma marcha progressiva da civilização humana.

Apesar de tudo isto, o nome que Thomas More deu à sua ilha imaginária rapidamente se transformou, desde então, em adjectivo para todo e qualquer tipo de plano quimérico ou escapista. De tal modo que, sobre esta ideia generalizada do senso comum, é necessário deixar bem claro que a utopia não é uma forma evasiva de responder a um mundo opressivo. A representação mental, imagética ou ficcional de um estado futuro superior funciona amiúde, pelo contrário, como uma reflexão profunda sobre aquilo que já existe. As construções de cariz verdadeiramente utópico, seja qual for a forma que assumam, existem sempre em primeiro lugar num mundo real e, por conseguinte, da esfera da sua influência não podem escapar, tanto mais que o tema central, demasiadas vezes descurado, de grande parte das utopias não é a descrição

Utopia e suas singularidades: o caso americano

efabulada de mundos fantásticos, mas a problematização, através destes, de questões bem reais.

A utopia brota do desconforto para com uma realidade ao mesmo tempo que esboça, aquilo a que o filósofo alemão Ernst Bloch chamou, o “princípio esperança”⁷ na concretização de um estado histórico superior. A sua materialização é dispensável ao projecto original desde que o “processo utópico” motive, por si só, a procura de uma melhoria. A capacidade, por vezes extrema e mordaz, da utopia para criticar o presente é outra das suas mais palpáveis virtudes. Além disso, a construção de um mundo ideal, em todos os momentos efectuada tendo por referência um mundo concreto, permite-nos também aceder a uma considerável base de dados cultural. Na verdade, uma utopia reúne em si própria um paradigma histórico, os problemas concretos de uma comunidade, as reflexões críticas sobre um tempo e os desejos particulares de uma população. As mais valiosas utopias são aquelas, cujas preocupações e interrogações que levantam viajam, diacronicamente, através do tempo até encontrarem paralelo nas questões centrais do mundo moderno.

Os Estados Unidos da América, ao longo da sua ainda curta História, têm-se mostrado terreno fértil para o florescer dos mais variados projectos de cariz utópico. Termos como “missão” ou “destino” estão no centro do ideário cultural da nação, sendo recorrentemente utilizados nas mais diversas manifestações do seu carácter. A associação destas palavras a poderosos recursos retóricos atira para a resolução no futuro de inquietações presentes, isto é, concebe metas abstractas a alcançar no mapa mitológico norte-americano.⁸ A criação destas referências orientadoras e a contínua promessa da sua concretização resultam, neste contexto específico, da amálgama de diferentes “processos utópicos”. Um dos mais frutuossos produtos dessa amálgama é o reputado “sonho americano” que faz assentar o seu poder motivacional na possibilidade

⁷ Bloch, Ernst (1976). *Le Principe Espérance*. Trad. Françoise Wuilmart. Paris: Gallimard.

⁸ Por mito entendemos o conjunto de crenças, suposições e fábulas que, sendo ou não factuais, condicionam os pensamentos e acções de um povo. O “mapa mitológico norte-americano” refere-se ao advir ideal da nação tentando conferir uma localização supra-histórica ao mundo paralelo imaginado que apenas uma utopia pode criar.

Utopia e suas singularidades: o caso americano

de concretização de uma vida melhor. A ideia da América enquanto local ideal para a obtenção da felicidade constitui, aliás, uma das forças circulares mais incessantes da sua cultura. A própria Declaração de Independência do país assegura, entre outros direitos inalienáveis, a oportunidade de perseguição deste estado específico de bem-estar social. Contudo, nada nos é dito acerca da sua plena concretização objectiva. A felicidade é um estado emocional que pressupõe contentamento estável e ininterrupto. Se é improvável que todos possam ser felizes ao mesmo tempo, é impossível que todos possam ser felizes ao mesmo tempo e para sempre. No entanto, a desilusão face à impossibilidade de concretização plena do sonho utópico americano não retira força à capacidade motivacional do seu projecto, nem faz esmorecer a tendência da nação se imaginar utopicamente. Como nos aconselha Jean Baudrillard é necessário “entrar na ficção da América, entrar na América como ficção” (Baudrillard 1989: 29 – tradução minha). A dinâmica e o vigor da cultura norte-americana que, durante gerações, cativou a imaginação e a consideração de tão múltiplos povos resulta da singular combinação de “processos utópicos” na imagem ficcional do país por si próprio criada.

Todos os sonhos, sejam eles pessoais ou colectivos, assumem configurações distintas e méritos variáveis. A tal facto deve ser atribuído maior significado na América, onde as associações mitológicas estabelecidas com o povo e o espaço possibilitaram a proliferação do mais largo sortido de utopias. Ainda antes da descoberta e colonização do Novo Mundo, estava já fortemente enraizado na tradição cultural europeia o método de perspectivação utópica da realidade. Ora sob a forma de texto literário, ora sob a forma de panfleto político, estas utopias relatavam frequentemente a prosperidade de terras longínquas, tendo sempre por contraste a desconfortante situação que um pouco por toda a Europa se ia fazendo sentir nas décadas que antecederam as viagens de Colombo. Com efeito, a decadência de um mundo velho instigou as ávidas mentes europeias a criar um vasto conjunto de visões sobre um novo mundo recém-descoberto. Diante dos seus olhos encontrava-se, finalmente, a possibilidade material para a concretização daqueles projectos com que se

Utopia e suas singularidades: o caso americano

ocupavam já desde a época clássica. A América foi sentida, deste modo, como localização perfeita para a tentativa de execução de um recomeço, não só da vida pessoal de cada um, mas também, de uma forma mais geral, da própria História do Ocidente. Assim sendo, como projecto manifestamente europeu podemos afirmar que a América foi utopia, antes de ser América. O conjunto de ideais que todos os dias promove no mundo confirma o país como utopia pois continuamente a sua sociedade e cultura são envoltas numa aura de possibilidades e esperanças. Ontem como hoje, para os colonos, para os seus habitantes ou para todo o mundo, a América enquanto nação, enquanto ideia, funciona como catalisador da acção humana na direcção dos ideais que todos os dias patrocina, promove e defende.

O funcionamento de todas as utopias é potenciado pelo reconhecimento da existência de um “problema colectivo” (Davis 1983: 19 – tradução minha). A postura com que se enfrenta esse problema, a forma através da qual o utopismo é manifestado, distingue as configurações das diferentes utopias entre si. Considerando que as visões utópicas que atravessaram o Atlântico para serem testadas no tubo de ensaio norte-americano são numerosas e complexas, será necessário estabelecer uma distinção fulcral entre aquilo que constitui uma utopia dita mítica e o sentido mais circunscrito com que aqui utilizamos o termo. Logo desde a chegada dos primeiros colonos, quando as dificuldades da demanda exigiam motivação religiosa, um “processo utópico” particular assumiu papel determinante na fundação das bases sobre as quais, mais tarde, seria construída a própria ideologia da nação. Efectivamente, a conexão de uma nova comunidade a desígnios divinos superiores é um poderoso mecanismo motivacional que permite obliterar os mais profundos receios humanos. No contexto norte-americano, estes desígnios foram marcados, tanto na sua função como no seu funcionamento, por elementos de forte carga utópica. A associação do Novo Mundo à Terra Prometida visava incutir na mente dos primeiros colonos a ideia de que a viagem encetada não se tratava de uma ocupação de um espaço selvagem, perigoso e assustador, mas sim de um desígnio traçado por Deus para aquele específico povo. A recuperação desta imagem

bíblica, eminentemente utópica, pelos puritanos ingleses ficaria imortalizada para a eternidade nas palavras de John Winthrop, no seu sermão *A Model of Christian Charity*.⁹ A “Cidade da Colina”, a que este texto faz referência, funciona como uma utopia, quer seja pela sua função – a motivação de uma acção, quer seja pelo seu funcionamento – a atribuição de um véu simbólico a uma realidade objectiva. A América transformava-se, assim, num farol elevado aos olhos de todos, numa ideia a ser perseguida pelo seu povo, mas também, simultaneamente, por todo o mundo. Deste modo, a ideologia dominante¹⁰ da nação começou por se desenvolver tendo por base o ideal de uma missão sagrada para a purificação da civilização humana. Este destino a cumprir, este desígnio colectivo transferiu, ao longo dos tempos, para o quotidiano da população não só a predisposição individual para a perspectivação utópica da sociedade, mas também os primeiros valores verdadeiramente americanos. Entre os mais importantes está aquele que sustenta, entre outras coisas, que o caminho do sucesso colectivo é apenas garantido através da perseguição de objectivos bem pessoais. Pequenas utopias que abastecem a “utopia dominante” da nação.

A eleição divina da América enquanto local derradeiro para a concretização da felicidade na Terra parecia ser diariamente confirmada pela vastidão e grande abundância natural do seu território. Por isso mesmo e para além do “processo utópico” que coloca o véu do paraíso terrestre como referência orientadora do comportamento, estas características topológicas do espaço norte-americano permitiram igualmente o emergir de uma outra forma da nação se imaginar. De facto, a descoberta de um local capaz de satisfazer todas as necessidades do ser humano, sem que para isso seja preciso dispender qualquer tipo de esforço ou cuidado, sempre se encontrou no centro do seu

⁹ John Winthrop (1980). “A Model of Christian Charity”. *Anthology of American Literature Vol. I*. Ed. George McMichael. Macmillan Publisher Company: New York. pág. 64-5. Neste texto que recupera as palavras ditas a bordo do Arbella pelo primeiro governador da colónia de Massachusetts Bay, um pacto divino é estabelecido entre os peregrinos e a vontade sobrenatural.

¹⁰ Entendemos aqui ideologia, no sentido mais trivial do termo, enquanto conjunto de ideias preexistentes que governam a acção individual. Tal como a utopia, a ideologia transcende a ordem da realidade, no sentido em que as ideias que continuamente promove não se encontram ainda efectivadas no estado actual das coisas. No entanto, ao contrário da utopia, a ideologia não defende a total abolição da ordem dominante.

Utopia e suas singularidades: o caso americano

imaginário. Como representação desta aspiração, os mitos utópicos da Cocanha e da Arcádia são manifestações que sob o ponto de vista literário resultam, não raras vezes, do contacto íntimo com uma realidade caracterizada pelas mais prementes condições de vida. Aqui, o sonho de construção de um local superior que sacie todos os desejos e vontades não passa de uma mera fantasia, é uma resposta instintiva a condicionalismos reais. Contudo, a diferença essencial entre a Cocanha e a Arcádia é a maior moderação com que esta última descreve a relação entre os desejos dos seres humanos e a abundância da natureza. A Cocanha resolve o “problema colectivo” por excesso, enquanto a Arcádia procura um meio-termo, uma harmonia. Por esta via é sublinhada a necessidade do ser humano adaptar de forma coerente os seus desejos àquilo que a realidade tem para oferecer.

Durante muitos séculos, estes locais de deleite foram apenas as fantasias imaginárias de um punhado de autores criativos. Como já vimos porém, o Novo Mundo possibilitou a experimentação de ideais europeus transformando fantasias em possibilidades concretas. Em virtude deste facto, o jardim norte-americano pareceu envolver toda a sua população numa relação simbólica bipolar. Se por um lado, as influências religiosas atribuíam ao espaço selvagem um carácter distópico de perigosidade pecaminosa, por outro, parecia ser do contacto íntimo com a natureza que se faziam sobressair as mais puras qualidades humanas. Esta ambiguidade resultante da mistura de dois “processos utópicos” distintos foi resolvida pela procura de um meio-termo entre a inocência paradisíaca do espaço selvagem e a promessa de modernização progressiva do espaço civilizado. Um dos marcos mais importantes da nação, a marcha para Oeste no sentido de desbravar o território, teve precisamente como força motriz esta amálgama de utopias que ora sob o ponto de vista religioso, ora sob o ponto de vista secular (neste caso pastoril), cumpriram a sua função primordial: o inspirar da acção de encontro a uma idealidade.

A estes tipos de “processos utópicos”, assim identificados e definidos, poderemos chamar utopias míticas. Colocando a resolução de dúvidas e receios nas

Utopia e suas singularidades: o caso americano

mãos de entidades superiores ao ser humano, estas utopias diferem consideravelmente do conceito mais circunscrito que aqui nos propomos analisar. Como forma de fazer regressar o fenómeno utópico às matérias que exclusivamente ao ser humano dizem respeito, devemos atender apenas àquelas utopias que apresentam “problemas colectivos” cuja resolução se encontra ao seu alcance e não ao alcance de entidades que este não controla nem compreende. A utopia, enquanto projecto do ser humano para o ser humano, deverá sempre atender às limitações humanas tendo em conta que os próprios problemas da Humanidade só pelo Homem poderão ser solucionados. Apesar de tudo, não pode ser desvalorizada a contribuição das utopias míticas em solo norte-americano para a formação do edifício cultural da nação já que foram estas que inculcaram, de forma definitiva, no seu imaginário a propensão para a perspetivação imaginativa da realidade pelo prisma utópico.

A cultura norte-americana é efectivamente caracterizada por contradições e contrastes que derivam, desde logo, da diversidade da sua população. Causa, aliás, admiração que do ardor das tensões sociais presentes na sua sociedade, apenas um conflito armado interno tenha dimanado. Muitas formas distintas de ponderar uma mesma realidade fracturam os exactos pilares sociais que suportam a coesão interna de um qualquer Estado. A constante e irreduzível preocupação política com a defesa do bem-estar colectivo norte-americano, em muito se fica a dever à construção da sua ideologia sob a efígie de um propósito nacional inabalável. Além do mais, em diversos momentos da sua História, a união dos Estados Unidos da América, a união das pequenas “nações”¹¹ que compõem o todo do país, dependeu largamente da eficácia da promoção retórica deste propósito. Neste sentido, o incitar do retomar do trilho rumo à utopia visa suprimir todas as diferenças, através da confluência de todos os esforços num intento superior a todas as sensibilidades. Ao mesmo tempo, é localizado um inimigo comum a vergar como forma de atribuir um rosto ao desafio e assim conferir-

¹¹ Nação aqui entendida, nos exactos termos em que Anderson a define, enquanto “comunidade política imaginada”.

Utopia e suas singularidades: o caso americano

lhe maior significado. Deste modo, grande parte das divergências sociais presentes na sociedade norte-americana entre indivíduos de diversas origens são diluídas pela promoção retórica de uma ideologia particular que, como já vimos, resulta da combinação peculiar de diferentes “processos utópicos”.

As sucessivas vagas de imigrantes que deixando tudo para trás partiram para a América com o intuito de começar uma nova vida foram exactamente conquistadas pelo enorme poder de sedução da sua utopia. A diversidade cultural norte-americana é continuamente alimentada por indivíduos provenientes dos quatro cantos do mundo. Gradualmente, estes indivíduos são transformados numa matéria uniforme, tornam-se americanos, ganham o direito de adicionar este termo ao termo que designa a sua origem. Aquilo que opera esta metamorfose é a utopia e o processo da sua perseguição. Enquanto pergaminho orientador da existência humana que demarca claramente um destino e um caminho, a utopia extingue dissidências e assegura a perfeita convivência entre uma população muito distinta entre si. Com efeito, uma instabilidade interna de consequências imprevisíveis, e que noutras partes do globo deu já origem a sangrentos conflitos, pode apenas ser evitada através da definição de uma clara linha orientadora do comportamento. A inexistência desta linha, capaz de unir facções opostas e apaziguar as discórdias, conduziu ao doloroso decepar de povos muitas vezes, étnica ou historicamente, bem mais próximos entre si do que o povo norte-americano. Assim sendo, podemos concluir que o edifício cultural da nação é restrito apesar, e também muito por causa, da diversidade da sua população. É restrito devido à necessidade da existência de um conjunto de preceitos canónicos dominantes que unam uma população culturalmente diversa em torno de um projecto comum. No entanto, este projecto dominante, ou “utopia dominante”, não evita a existência de “utopias marginais” resultantes das mais variadas possibilidades de pensamento oferecidas pela própria orgânica do país, pela sua própria diversidade.

Explanados sucintamente o fenómeno utópico, as suas manifestações em território norte-americano e a preponderância da existência de uma “utopia dominante”,

Utopia e suas singularidades: o caso americano

iremos agora avaliar a importância para a cultura norte-americana de projectos que aparentemente divergem do cânone ideológico e social da nação.

Capítulo II – O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

Those who labor in the earth are the chosen people of God, if ever He had a chosen people, whose breasts He made his peculiar deposit for substantial and genuine virtue. (Jefferson 1977: 217)

As contradições e contrastes que caracterizam a cultura norte-americana são cabalmente personificados pela incontornável figura de Thomas Jefferson. Durante toda a sua vida, Jefferson ver-se-ia envolvido no epicentro de uma discussão ideológica que dividiria a nação. Nascido e criado no mais íntimo contacto com a sumptuosa paisagem natural da Virgínia, o terceiro presidente dos Estados Unidos da América transformar-se-ia em testemunha privilegiada do irromper das fases embrionárias do processo de industrialização que revolucionaria, de forma irreversível, o tecido produtivo e económico do país. Para a Revolução Industrial norte-americana em muito contribuiu a sua luta pela independência política. Com efeito, os pequenos fazendeiros e fabricantes, da então colónia inglesa, viram-se na obrigação e no dever de aumentar significativamente os seus níveis de produção de modo a cumprir as imposições do esforço de guerra. No decorrer das décadas seguintes e após o derradeiro atingir da autonomia, o sistema de ideias predominante abraçaria de forma intensa o projecto de melhoramento e ampliação da sua ainda rudimentar indústria. O sucesso da aplicação consistente deste intento permitiu a rápida ascensão do jovem país a uma posição de dominância no mapa geopolítico mundial dos últimos séculos.

Quantas mais oportunidades forem oferecendo as grandes estruturas fabris, mais densos se tornam os aglomerados habitacionais ao seu redor. Em consequência deste factor, uma colónia manifestamente rural foi-se convertendo, de forma gradual, numa nação fortemente urbanizada. A incomparável celeridade desta conversão ficou a dever-

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

se sobretudo, mas não só, ao fluxo contínuo de imigrantes que chegavam diariamente às zonas costeiras da região. Para além da imigração, também as migrações internas nacionais submeteram grande parte dos espaços urbanos a uma frequente renovação social. A cidade¹² apresentava-se assim como local ideal para a concretização de uma vida melhor. Além disso, o próprio edifício cultural norte-americano, logo desde os primeiros dias, começou por consagrar a cidade enquanto a mais eficaz forma de organizar a vida em comunidade.¹³ Apesar dos espaços urbanos possuírem virtudes que são bastante apelativas ao género humano, a industrialização da malha produtiva e a consequente urbanização massiva do território provocaram no seio da sociedade uma complexa teia de contrariedades e desafios emergentes. Aquilo a que sinteticamente poderemos chamar – “problemas colectivos”.

Na base da primazia deste modo de organização social estão sempre razões do foro económico. É crença do senso comum que os poderosos centros de manipulação e transformação de matérias-primas, presentes nas grandes cidades, proporcionam perspectivas mais interessantes de futuro quando comparados com as retrógradas actividades agrícolas dos espaços rurais. Nestes moldes, a prosperidade pessoal é sempre calculada em termos materiais, mesmo quando a maior parte das cidades não se encontrava minimamente preparada para acomodar de maneira conveniente um número crescente de indivíduos. Para além destes condicionalismos económicos e demográficos, também em termos simbólicos os espaços rurais e urbanos assumiram configurações distintas no funcionamento do imaginário colectivo. Aliás, a tentativa de

¹² Cenário predilecto para o desenrolar da acção de grande parte das utopias literárias, a cidade começou por ser, ela própria, uma concepção teórica abstracta. Talvez por isso mesmo, seja hoje evidente uma vontade de projectar ideais utópicos na construção imaginativa ou física dos mais modernos espaços urbanos.

¹³ Cf. nota 9. Deste pormenor cultural nunca nos deixarão esquecer as oraculares palavras de John Winthrop no que diz respeito à “Cidade da Colina”. Despindo o conceito “cidade” de todas as conexões religiosas cuja utilização, neste caso, indubitavelmente continua, não deixa de ser curioso observar que na mente dos primeiros colonos estava já fortemente enraizada a ideia, transversal a todo o Ocidente, da necessidade de construção de uma cidade. Ainda antes do contacto com os circunstancialismos de um mundo novo, o espaço urbano era já tido como a concepção teórica abstracta que permitiria a mais fácil obtenção da felicidade.

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

simbiose entre ambos constitui efectivamente um dos mais singulares desígnios da nação.¹⁴

Analogamente a grande parte dos seus valores mais importantes, também o apreço do povo norte-americano pelo paradigma urbano teve origem na Europa. No entanto, os primeiros colonos pareceram manter, desde muito cedo, uma relação peculiar com a dimensão natural do espaço selvagem. Para a formação desta ligação especial contribuíram tanto o arrebatador contacto inicial com o terreno rico por explorar, como a vivência próxima com este – com os seus méritos e resistências – no movimento de deslocação para Oeste. Ainda antes de tudo isto, a mera notícia da existência de um novo continente desconhecido, mas promissor, inspirou o mais vasto conjunto de projecções fantasiosas das mais brilhantes mentes europeias. William Shakespeare em *The Tempest*, por exemplo, representa antecipadamente um dos motivos mais recorrentes na literatura (e por conseguinte, também na cultura) dos Estados Unidos da América. A ideia da viagem, a ideia da fuga de encontro à natureza a fim de encetar uma espécie de purga dos malefícios da vida colectiva. O ser humano despe-se das dificuldades e das instituições da sociedade para restabelecer a comunicação com aquilo que de mais singelo e genuíno existe. Por ainda se encontrar à margem do âmbito de influência da civilização, o terreno natural preserva a faculdade de regresso a um estado anterior, a uma condição primitiva. Em resumo, o espaço selvagem é visto como repositório das mais sublimes e primordiais qualidades humanas. A possibilidade de firmar uma realidade mais significativa longe dos vícios citadinos é apenas permitida, portanto, pela introdução de um paradigma rural. Esta noção de que é perto da natureza que se usufrui de uma vida mais plena foi repetidamente retratada pelos mais famosos artistas urbanos do país, desde Hawthorne a Hemingway.

Para além da visão de cariz utópico que projectava a possibilidade de fundação de um jardim idílico, harmonioso e prometedor sobre o espaço selvagem concreto,

¹⁴ Cf. nota 9. Em relação a este assunto vale a pena recuperar, de novo, as palavras de Winthrop em “A Model of Christian Charity” no que diz respeito à obrigação divina de construir as próprias cidades de acordo com “the lawe of Nature”.

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

existia igualmente a visão distópica do território (e que Shakespeare também na mesma obra representou) enquanto sítio ermo, perigoso e assustador. Estas duas versões totalmente opostas e contraditórias sobre um mesmo e único local resultam das múltiplas formas do indivíduo se relacionar imaginativamente com o seu meio. Ambas são o resultado dos efeitos provocados pela aplicação de “processos utópicos” de diferentes origens (pastoris, religiosas, etc.). Tanto a visão utópica, como a visão distópica do espaço selvagem manifestam códigos de valores distintos, são alegorias ao serviço de objectivos predeterminados. Se por um lado, a ilimitada terra disponível intensificou o crescimento económico, por outro, abriu caminho e deu azo à efabulação fantasiosa típica do fenómeno utópico. Este facto foi ainda agudizado pela ausência de qualquer tipo de restrições culturais para a criação de uma singular imagem colectiva da nação. A grande dinâmica dessa imagem é sempre conferida pela utopia já que esta constantemente oferece um caminho alternativo aos entraves do tempo. Assim sendo, a cidade idealizada é construída como alternativa ao campo e o mito do jardim só faz sentido se criado por contraponto à cidade. Neste cenário, a inexistência de uma tradição feudal, a inexistência de hierarquias ou de classes tornou possível a criação de uma sociedade verdadeiramente nova, onde o sucesso estava ao alcance da capacidade de cada um e não apenas dependente das vicissitudes do nascimento de alguns. O efectivamente mundo novo fascinava decerto a época pelos vários e díspares horizontes de futuro que abria para quem nele escolhesse habitar.

O grande farol elevado aos olhos da Humanidade anunciava-se como Arcádia moderna realizada. A diversidade natural do território era exactamente uma das suas características nacionais mais distintivas. A forma de vida que maior proximidade com a natureza exige, a ruralidade, chegou mesmo a ser valorizada enquanto imagem de marca da nação, enquanto contraste crítico do rumo seguido por certas sociedades industrializadas daquele tempo.¹⁵ Além de tudo mais, os espaços rurais pareciam

¹⁵ Referimo-nos aqui mais concretamente a Inglaterra. Nas tensas relações entre ex-colónia e antiga metrópole, a necessidade de afirmação de uma identidade verdadeiramente nacional definiu as qualidades naturais da jovem nação como marcas de efectiva superioridade cultural.

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

potenciar uma inigualável projecção de expectativas e sonhos. Neste sentido, a ideia de comunhão nacional era naturalmente comandada pela esperança na capacidade do ser humano se libertar das amarras de um mundo restritivo e pela oportunidade deixada em aberto de construção de uma realidade diferente num local imaculado ainda não corrompido pelos vícios da civilização. Conforme tão bem demonstra a literatura clássica pastoril de Virgílio, o anseio pela execução de um recomeço num retiro idílico inocupado esteve presente desde sempre no âmago do imaginário universal. O que atrai no Pastoralismo é, segundo Leo Marx, “a felicidade representada pela imagem da paisagem natural, um terreno intacto ou, se cultivado, rural”. Aquilo que produz uma espécie de chamamento é a “necessidade premente de abandonar o crescente poder e complexidade da civilização” (Marx 1973: 9 – tradução minha). Este movimento evasivo de encontro a uma situação menos perversa suscita a adopção de um estilo de vida próximo da essência de todas as coisas circundantes. O Pastoralismo consiste, portanto, no conjunto amplo de opções tomadas por parte de uma comunidade, no qual assume papel indispensável a prevalência da natureza e de todas as concepções simbólicas a ela associadas. Enquanto modo de conduzir a existência, enquanto ideologia, tal noção advém da figura idealizada do pastor cuja particular experiência o imuniza das perniciosas influências da civilização e lhe permite o desimpedido desfrutar de um grau invejável de individualismo e liberdade, conceitos caros ao cânone da cultura norte-americana. Como nos confirma Marx:

[D]epressa o sonho de retirada para um oásis de harmonia e contentamento foi removido do seu contexto literário tradicional (...) [e] incorporado em vários esquemas utópicos com a intenção de fazer da América o lugar para um novo começo da sociedade ocidental. (3 – tradução minha)

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

O desejo de fuga¹⁶ resulta, desde logo, de um apetite geral do ser humano em escapar aos acasos e imperativos da vida comum. Por um lado, a hostilidade perante a civilização é a resposta a um descontentamento profundo e duradouro em face do carácter repressivo da individualidade que todas as sociedades manifestam, por outro, este impulso está também sujeito a ser entendido enquanto crítica ou recusa dos valores predominantes estabelecidos. Deste modo, a deslocação simbólica da civilização para a natureza, da sofisticação para a simplicidade, da cidade para o campo (ou vice-versa) acarreta sempre a escolha última entre projectos utópicos opostos.

A impossibilidade de concretização plena de qualquer utopia é constantemente relembrada pela nostalgia romântica típica do filósofo pastoril. Ao bom estilo virgiliano, o anseio supremo da figura clássica do pastor é a descoberta e manutenção de um refúgio bucólico onde lhe seja possível obter, de alguma maneira, redenção. As excepcionais características naturais do solo norte-americano e os desejos de cariz utópico inerentes à sua cultura ajudam a explicar a presença recorrente do motivo pastoril no imaginário colectivo da nação. No mundo ocidental, consoante já fomos adiantando, a representação idealizada da pastorícia pode assumir duas configurações distintas. Pode ser, por um lado, uma estrutura literária particular de origem greco-latina e, por outro, uma concepção cultural que patrocina determinados hábitos e valores. Recriando o sonho ancestral de reconquista da relação ideal de harmonia com a natureza, a versão cultural do Pastoralismo resulta quase sempre numa reacção crítica em face da realidade. Esta reacção é demonstrada através da revolta contra os obstáculos da existência e através da demanda por um ambiente social mais simples. Neste contexto, o impulso pastoril funciona como uma utopia que define uma ordem modelar de significados alternativos e que motiva o processo da sua perseguição. Este

¹⁶ Para mais sobre este desejo consultar: Freud, Sigmund (1975). *Civilization and Its Discontents*. Trad. Joan Riviere. London: The Hogarth Press. Daqui destacamos a seguinte passagem: “Life, as we find it, is too hard for us; it brings us too many pains, disappointments and impossible tasks. In order to bear it we cannot dispense with palliative measures. (...) There are perhaps three such measures: powerful deflections, which cause us to make light of our misery; substitutive satisfactions, which diminish it; and intoxicating substances, which make us insensitive to it. Something of the kind is indispensable. Voltaire has deflections in mind when he ends *Candide* with the advice to cultivate one's garden” (12).

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

“processo utópico” marginal opera no interior do próprio edifício cultural norte-americano sendo ciclicamente reutilizado de forma a actualizar pela crítica o sistema de ideias predominante.

Para os imigrantes europeus parecia ser possível, como nunca antes havia sido, o estabelecimento de uma sociedade no Novo Mundo que pudesse realizar o sonho clássico de conciliação e congruência entre a desolação do espaço selvagem e a decadência do espaço civilizado. A síntese entre aquilo que é selvagem e aquilo que é civilizado funde, muitas vezes inconscientemente, valores divergentes que são essenciais à cultura da nação. O encantamento melancólico da sua população por tudo aquilo que é rural e o seu simultâneo empenho voraz na edificação de uma sociedade urbana cada vez mais avançada confunde o observador mais desatento. Durante o tempo em que é possível a harmonia entre estas duas visões desiguais tudo parece desenrolar-se com normalidade. No entanto, quando algo despoleta o extremar de posições, o impulso de cariz utópico – seja ele pastoril ou progressista – surge sempre enquanto resposta para todo e qualquer tipo de crise.

A afeição do povo norte-americano pelo mundo rural demonstra, de facto, que o Pastoralismo constitui uma parte importante da sua cultura. Contudo, num país como os Estados Unidos da América essa afeição nunca pode compor a antítese lógica do progresso. Esse papel encontra-se reservado ao primitivismo – a doutrina que defende que o ambiente mais favorável ao bem-estar humano é o mais puro e menos desenvolvido estado da natureza:

[A] visão pastoril do mundo situa-se algures entre os extremos lógicos do primitivismo e da concepção progressista da mudança – da história. O ponto de vista pastoril não implica nem um acrítico abraçar do progresso material nem o seu total repúdio. O que mais importa na desobrigação pastoril é a correcta subordinação da generalidade das preocupações materiais à satisfação da vida interior. (Marx 1988: 187 – tradução minha)

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

Assim sendo, o proponente da visão pastoril aceita a inovação e a mudança desde que estes factores sejam sempre colocados ao serviço de um verdadeiro desenvolvimento sustentável,¹⁷ ao serviço de uma auto-suficiência não supérflua. No seu novo território, o colono europeu recorria a todos os métodos que conhecia para melhorar a sua situação. Já os indígenas, pelo contrário, reagiam passivamente a tudo aquilo que os rodeava. Os nativos nunca demonstraram sequer vontade em abandonar a sua condição natural primitiva e este traço definidor do seu carácter conferiu-lhes até um certo misticismo apaziguador apenas alcançável através da preservação de uma longa relação de cumplicidade com o enigmático mundo selvagem. Sabemos hoje que o homem branco seria bem-sucedido ao transformar o jardim norte-americano à sua imagem e semelhança. Todavia, na construção da América tal como hoje a conhecemos algumas influências ambientais específicas não puderam ser evitadas.

A identidade nacional abrange cuidadosamente a possibilidade de síntese entre a noção primitiva da inocência idílica que os lugares naturais sempre conservam e a noção progressiva do contínuo e imparável desenvolvimento da sociedade. O Pastoralismo apoia os seus princípios fundamentais no exemplo simbólico da figura do pastor pois este é um intermediário entre a natureza e a civilização. Se, por um lado, pode ser associado a tudo aquilo que ainda não faz parte do educado, por outro, pode ser considerado enquanto líder do rebanho. Transitando sobre a fronteira entre o espaço selvagem (onde desenrola a sua actividade) e o espaço civilizado (onde é destinado o fruto dessa actividade), o pegureiro atenua as relações de força entre dois paradigmas aparentemente incompatíveis. Não dando preferência directa a nenhum dos dois lados, deambula entre o espaço incivilizado que promete tanto liberdade individual como espontaneidade instintiva e o espaço inovador que promete progresso económico e

¹⁷ Tal como definido no Relatório Brundtland (1987) da ONU, desenvolvimento sustentável é “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais”.

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

urbanidade social. Neste sentido, a vivência na fronteira permite um processo de aprendizagem, agiliza o contacto próximo com as virtudes e com os defeitos de dois planos distintos ou, melhor dizendo, de duas utopias contrastantes. Segundo Leo Marx, a projecção de cariz utópico de um mundo pastoril enquanto local ideal para a concretização da felicidade:

Deve ser tida não como representando um programa para ser copiado, mas como uma acção simbólica que congrega valores, atitudes, modos de pensamento e percepção alternativos àqueles que caracterizam o estilo de vida dinâmico e expansionista da América moderna. (154 – tradução minha)

Desde as décadas imediatamente seguintes ao firmar da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América que a sua “utopia dominante” sustentou o modelo progressista e urbano. À margem deste modelo encontra-se a possibilidade sempre iminente de retorno à ligação ancestral com a natureza já que o impulso pastoril é omnipresente na imagem de comunhão colectiva. Quando este impulso surge em clara contracorrente com o projecto orquestrado pelo cânone ideológico, uma “utopia marginal” é concebida. Deste modo, o edifício cultural da nação consegue misturar o desígnio progressista dominante com o sonho original de reconquista da Era Dourada.

O impetuoso crescimento económico parecia confirmar, a todos os momentos, a firme crença de que a nova República lideraria a civilização humana de encontro à realização de uma utopia. O sistema de ideias predominante – o cânone cultural norte-americano que faz assentar o seu projecto utópico sobre uma visão optimista do curso da história – deposita total confiança em variáveis fatalmente materiais. Por consequência, os grandes avanços tecnológicos provindos da Revolução Industrial exerceram forte ascendência sobre uma imaginação popular muito receptiva a todo e qualquer tipo de novidade. A concepção milenar de selecção divina do povo e da terra parecia ser mais uma vez revalidada pelo conjunto de benesses que iam sendo colocadas, pelo normal fluir do tempo, no seu caminho. Desde o início da operação de

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

ocupação do Novo Mundo que os colonos norte-americanos encontraram em prerrogativas religiosas a legitimidade imprescindível para a brutal invasão do território natural. O espaço selvagem passou a ser utilizado simbolicamente consoante os objectivos motivacionais de cada facção em particular. Por um lado, o deserto verde por explorar seria o local onde habitaria o espírito do mal, seria um lugar a purificar através da simples presença dos eleitos divinos. Por outro, o jardim utópico circundante seria o lugar da reconstituição paradisíaca, o local que permitiria a ascensão à eternidade de quem o ocupasse. Com efeito, a disposição simbólica do terreno nas recorrentes utilizações retóricas de imagens bíblicas apresenta uma definição clara da condição humana e proporciona a imersão do ser numa realidade utópica idealizada. Assim sendo, à medida que o Industrialismo se tornava no motor crucial da economia da região, a natureza passou a ser vista pragmaticamente enquanto objecto de compra e venda, fonte de rendimentos e reservatório de mercadorias. Quando a esperança utópica se secularizou, o seu propósito deixou de ser a salvação divina da civilização humana para se transformar em puro e concreto progresso material.

A concentração da população no meio citadino debilitou a relação peculiar que o povo mantinha com o elemento natural do seu espaço selvagem. O desenvolvimento tecnológico e científico tem frequentemente posto em risco o ambiente natural afastando o ser humano do contacto com a natureza que tem sido apenas tida em equação enquanto meio que possibilite ou facilite o uso e consumo imediatos. Por outro lado, a obrigação impreterível de implementação de regras e instituições que regulem a vida pública fez da cidade um lugar muito atractivo. Deste modo, as possibilidades reais de melhoria das condições da existência colectiva colocaram não só o processo de industrialização, como também o paradigma urbano no centro dos mais importantes valores manifestados, defendidos e promovidos pela “utopia dominante”.

Apesar de tudo isto, o Pastoralismo nunca chegou a cair, por completo, no esquecimento. Parte do mérito de tal façanha deve ser atribuída à acção incansável de alguns pensadores, escritores e académicos que contrariando a corrente da ortodoxia

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

dogmática iam explicitando e, por conseguinte, reavivando o ideal pastoril. A militância e a oposição pastoril perante o método cultural que abraçou um tipo de desenvolvimento económico muitas vezes desmedido podem ser observadas, com as devidas distâncias, nos movimentos de protecção do ambiente que lutam amiúde contra os interesses políticos e financeiros instalados. De facto, não atendendo a um planeamento urbanístico razoável, as cidades foram sendo ampliadas de acordo com a quantidade de pessoas que ia sendo preciso acomodar e não de acordo com as necessidades de cada uma delas. A expansão da nação cada vez mais para Oeste foi outro dos responsáveis principais pela construção de grandes aglomerados populacionais que posteriormente ou tiveram incremento contínuo, ou estagnaram, regrediram e, até mesmo, desapareceram. O crescimento rápido conduz inevitavelmente à escassez de estruturas e serviços essenciais ao acolhimento de uma porção elevada de indivíduos. Se a vastidão do território facilitou o aumento astronómico do número de residentes nas cidades, a crença na superior qualidade de vida dos espaços rurais nunca deixou de ser aclamada pelos dissidentes do sistema de ideias predominante. Como resposta aos prejuízos da demasiadamente rápida mecanização e como resposta às tarefas repetitivas e limitadoras do paradigma urbano era apontado o caminho da reconciliação com a natureza.

Os habitantes de uma qualquer urbe são parte integrante de um todo que os ultrapassa. Cada um funciona em harmonia com o outro tendo em vista o bem comum. Os fenómenos de marginalização social surgem assim quando os diferentes sujeitos não se adaptam – ou escolhem não se adaptar – aos valores, usos e costumes convencionais. Se o conhecimento dos resultados da experiência europeia aliado à proximidade com a difícil conjuntura das grandes cidades norte-americanas se traduziu em implicações morais de repúdio pelo estilo de vida citadino, a consciência crítica decorrente da complexa situação dos espaços urbanos permitiu lançar alertas, em muitos casos premonitórios, sobre aquilo que viria de facto a acontecer. Neste sentido, a cidade nos Estados Unidos da América representa o próprio país em ponto reduzido, na medida em que sendo pólo aglutinador da diversidade é também palco preferencial para a

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

demonstração das múltiplas tensões sociais que assolam a nação. Esta instabilidade interna é provocada pela incapacidade de ascensão total à utopia, ou seja, pelo desencanto face à impossibilidade de concretização do futuro ideal projectado pela mente de cada um. O edifício cultural nacional aceitou o projecto de progresso industrial, urbano e material já que este parecia consentir a mais rápida e efectiva melhoria das circunstâncias existenciais da população. Porém, a mecanização do tecido produtivo intensificou a competição e as exigências do mercado laboral. A deterioração das condições de trabalho físicas e mentais degrada as relações mútuas e põe em causa a estabilidade do bem-estar colectivo. Além disso, à medida que a densidade populacional ia aumentando, as grandes cidades transformavam-se em ajuntamentos multirraciais extremamente voláteis. Tal situação conduziu à formação de guetos, isto é, zonas específicas e compartimentadas onde uma minoria separada do resto da sociedade oferece grande resistência à assimilação cultural. Estas comunidades étnicas formam-se de acordo com interesses gerais de modo a combater os sentimentos de inadaptação e exclusão perante uma nova realidade desconhecida.

Mais preocupante do que a degradação das estruturas físicas dos espaços urbanos era a degradação das suas estruturas morais. A Arcádia moderna realizada, o lugar dos bucólicos e virtuosos terrenos campestres, parecia cada vez mais corrompida pelo surgimento de fenómenos de pobreza generalizada, pelo incremento da criminalidade e insegurança, pela crescente insalubridade das cidades sobrepovoadas ditas civilizadas. No contexto cultural norte-americano, aos “problemas colectivos” dos espaços urbanos responde sempre o impulso pastoril. O espaço selvagem ocasiona, portanto, uma possibilidade de escape ao espaço civilizado. De facto, a natureza é o caos, a natureza é o conjunto de fenómenos cujas regras só há pouco tempo o ser humano começou a compreender. O espaço urbano, por sua vez, é a representação palpável da manifesta vontade humana de interferir no caos, de o organizar. Assim sendo, a ambiguidade entre o carácter icónico da urbe nacional e os defeitos que lhe são continuamente imputados demonstra não só as evidentes contradições e contrastes que caracterizam a sua cultura,

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

mas também a constante insatisfação que distingue e propulsiona o seu povo. Apesar do desmesurado crescimento das cidades, os valores rurais foram permanecendo num recanto especial do imaginário colectivo. Sempre que colocados entraves ao advir ideal, à “utopia dominante”, estes valores marginais são recuperados para darem voz aos percalços e às tormentas do caminho e, desse modo, contribuirão para o restabelecimento do destino mitológico norte-americano.¹⁸ A “utopia marginal” de cariz pastoril surge como instrumento ao serviço da nação diluindo as profundas tensões sociais que estão na base do funcionamento da sua própria cultura.

Contrariando algumas das mais importantes considerações que dominavam o rumo seguido pela República que ajudou a fundar, Thomas Jefferson acreditava que o destino do país só poderia concretizar-se através da predominância de um paradigma rural. Segundo Jefferson, quem trabalha a terra beneficia de uma superioridade moral conferida pela própria natureza da sua arte. Por conseguinte, deveriam ser protegidos, preservados e promovidos os valores idílicos ancestrais que regulavam a vida no campo. Do ponto de vista económico, o seu projecto utópico pastoril cingia-se ao comércio das abundantes matérias-primas da região para a Europa. Posteriormente, era esperado o regresso destes mesmos bens primários já sob a forma de produtos manufacturados. Dando voz às preocupações que estão na matriz deste plano, Jefferson afirmou em *Notes on the State of Virginia*:

While we have land to labour then, let us never wish to see our citizens occupied at a workbench, or twirling a distaff. Carpenters, masons, smiths, are wanting in husbandry: but, for the general operations of manufacture, let our workshops remain in Europe. It is better to carry provisions and materials to workmen there, than bring them to the provisions and materials, and with them their manners and principles. The loss by the transportation of commodities across the Atlantic will be made up in happiness and permanence of government. The mobs of great cities add just so much to the support of pure government, as sores do to the strength of the human body. It

¹⁸ Cf. nota 8.

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

is the manners, and spirit of a people which preserve a republic in vigour. A degeneracy in these is a canker which soon eats to the heart of its laws and constitution. (Jefferson 1977: 217)

Recusando o processo de industrialização galopante, a nação evitaria o conjunto de “problemas colectivos” que na altura já se lhe adivinhavam. Se nos espaços rurais foram criados núcleos de produção cuja função capital era abastecer as grandes cidades em contínuo crescimento, o mesmo sistema poderia ser também aplicado, de uma maneira muito semelhante, à escala nacional sendo que o destino destas mercadorias não seria já os grandes centros urbanos do país, mas sim os decadentes pólos habitacionais da Europa. A contínua evolução tecnológica, todavia, facilitou o êxito da filosofia progressista e do paradigma urbano. O reforço da qualidade das vias de comunicação, por exemplo, potenciou todo o tipo de trocas, inclusive aquelas que conduzem à criação de um ávido mercado interno. Este facto social, entre outros, ditou o insucesso do projecto utópico de Jefferson e significou a manutenção da convivência, num mesmo solo partilhado, de duas formas distintas de ver o mundo e de organizar a vida em sociedade.¹⁹ Para Jefferson, o Novo Mundo deveria constituir rigorosamente novidade. A nação deveria conservar o estado imaculado do seu espaço natural e encarregar o Velho Continente de lidar com todos os malefícios adjacentes à Revolução Industrial que ele próprio concebeu.

O “sonho americano” de Thomas Jefferson exprimia a vontade da instituição de uma democracia agrária regulada pela grande difusão do poder, de uma economia livre e auto-suficiente fundada e enformada pelos valores e hábitos comuns das pessoas que vivem da terra. Em *Notes on the State of Virginia*, a sua visão utópica pastoril é aplicada à realidade do país. Jefferson reflecte sobre a situação presente do seu estado natal, mas também sobre as suas futuras circunstâncias ideais. Por isso mesmo, a prosa do texto

¹⁹ Referimo-nos aqui ao paradigma rural e ao paradigma urbano. Um dos mais significativos acontecimentos da História norte-americana, a Guerra Civil, resultou precisamente do confronto entre o paradigma rural marginal a Sul e o paradigma urbano dominante a norte.

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

oscila entre o detalhe factual e a projecção imaginativa de desejos. A descrição pormenorizada inicial, o detalhe topográfico com que inicia o relato, visa preparar o leitor para todos os utopismos que se seguem. Aquilo que torna a nação especial, segundo estas suas notas, é a abundância de espaço fértil oferecido aos seus cidadãos. Na linha dos mais ilustres pensadores iluministas da época, como Adam Smith,²⁰ a agricultura ganha importância fulcral para a estruturação de uma base financeira suficientemente sólida para sustentar a ambicionada pujança da prosperidade nacional. O lavrador da Virgínia era o exemplo que o povo norte-americano deveria seguir pois o essencial à subsistência do seu agregado familiar era por si mesmo produzido. A América com que Jefferson sonhava ocupar-se-ia com a demanda da auto-suficiência e não com a obsessiva procura de crescimento económico desenfreado. Cada cidadão deveria ser responsável por si e pelos seus, cada cidadão deveria ser cumpridor dos seus deveres e vigilante atento dos seus direitos. A referência orientadora, o mecanismo motivacional que o projecto utópico de Jefferson criou consistia na imagem idealizada de uma nação dedicada ao fazer e ao transformar de coisas. O objectivo era evitar a construção de uma nação entregue aos intentos especulativos sempre dependentes dos recursos ou da benevolência de um qualquer governo central.

Apesar de democrático em muitos dos seus efeitos, o dogma agrário era eminentemente conservador. Assim sendo, não é surpreendente que a visão utópica de Thomas Jefferson tenha tido forte impacto a Sul onde o modo de vida simples daqueles que viviam no campo parecia ser violentamente ameaçado pelo estabelecimento da República. O paradigma rural preconizava o cultivo da terra porque o terreno natural disponível era abundante e porque a larga dispersão dos aglomerados populacionais desencorajava, à primeira vista, a instauração de um forte comércio interno de manufacturas. Sabemos hoje, porém, que algumas destas premissas seriam

²⁰ Filósofo e economista inglês que famosamente afirmou, por exemplo: “The capital, however, that is acquired to any country by commerce and manufactures, is all a very precarious and uncertain possession, till some part of it has been secured and realized in the cultivation and improvement of its lands” (202). Em Smith, Adam (1993). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago: Encyclopaedia Britannica.

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

profundamente alteradas pela introdução da máquina²¹ no período da Revolução Industrial. Desde logo, Jefferson mostrou-se partidário da crença de que o elemento mecânico conduziria à libertação do espírito humano através da sua união simbiótica com as aptidões redentoras da natureza. Neste sentido, a máquina seria despida dos vícios civilizacionais quando imersa no repositório das mais sublimes e primordiais qualidades do espaço natural. No entanto, os mais severos e inflexíveis opositores do pensamento jeffersoniano observavam traços aristocráticos e feudais neste seu projecto pastoril. Esta era uma visão do mundo que, segundo eles, apenas poderia ter tido origem nas plantações de tabaco e algodão do Sul dos Estados Unidos da América. Aparentemente, a representação ideal do Novo Mundo apresentada em *Notes on the State of Virginia* fazia assentar a sua lógica na posição de relativa importância entre mestre e seu escravo. Esta era uma visão do mundo que não deveria ter lugar numa nação governada, acima de tudo, pela igualdade entre cidadãos. Apesar das dificuldades sentidas durante a sua administração, apesar da crítica veemente de que as suas reflexões foram alvo e apesar da impossibilidade concreta de aplicação real do seu projecto, Jefferson foi capaz de manter a coesão nacional através da determinação de estratégias de moderação e compromisso político de forma a atenuar conflitos e preservar a paz interna.

As teorias lockeanas que explicam o funcionamento da mente humana sublinhavam a crescente importância da experiência sensorial na formação da índole do indivíduo. As características específicas do ambiente social de cada um ganhavam assim destacada preponderância na relação entre o sujeito e tudo aquilo que o rodeia. No tempo de Jefferson, a pressão simbólica exercida pelo terreno sobre a actividade cognitiva transformou-se naturalmente no método principal de descrição das crenças, das tendências e das acções. Desta forma, qualquer ser terá sempre papel secundário diante das vicissitudes do seu habitat, especialmente no espaço selvagem que:

²¹ Referimo-nos aqui à máquina a vapor e ao papel fulcral que esta desempenhou no impulsionamento de todos os meios de transporte que revolucionaram as feições e os andamentos do mundo.

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

[N]ão produz frivolidades, energias alheias ou elementos incongruentes. As mesmas verdades cósmicas, facilmente discerníveis, tranquilizadoras e intrinsecamente progressivas, caracterizam toda a criação. Uma extensão deste princípio inclusivo traz o indivíduo ao mais próximo contacto com o meio físico e abre caminho no seu carácter à influência ambiental. (Sheehan 1974: 8 – tradução minha)

A geografia controla a cultura, todas as coisas estão sujeitas ao incomensurável poder do território para moldar a realidade. Isto significa que quanto menos complexo for esse local, maior a sua capacidade para atrair e metamorfosear o indivíduo. A defesa, por parte do filósofo pastoril, de uma economia genericamente agrária somente faz sentido pois esta é a única maneira de sustentar financeiramente o paradigma rural e, desse modo, proteger e preservar o carácter inspirativo do conjunto das suas qualidades morais íntimas.

A utilização rigorosa dos termos “agrário” e “pastoril” varia consoante a ênfase colocada, por cada um deles, em factores do foro pecuniário. Thomas Jefferson apenas patrocinou o esquema agrário porque este salvaguardava a sobrevivência integral dos valores rurais por si tão admirados. Doutro modo, na fixação de parâmetros de aferição da qualidade de uma sociedade e na deliberação de reformas indispensáveis para a melhorar foi bastante clara a sua rejeição da produtividade e do materialismo exacerbados. Mediante tudo isto, o projecto utópico jeffersoniano é mais correctamente designado como pastoril. Jefferson sempre afirmou, aliás, que a situação de vida de uma determinada comunidade deveria ser avaliada tendo em conta o grau de bem-estar demonstrado pela sua população. Aos seus olhos, a nação norte-americana dever-se-ia transformar numa República verde onde fosse possível ao ser humano escapar da sequência de eventos trágicos decorrentes da História europeia. A sua reprovação do estilo de vida citadino era tão explícita como explícito era o seu louvor aos predicados do estilo de vida rural. A única maneira efectiva de fazer a nação erguer-se acima das limitações da época garantindo assim o alcançar da tão desejada felicidade passava pela

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

valorização dos ideais daquelas pessoas cujo temperamento, impelido pela relação peculiar com o espaço natural, se caracterizava pela independência, pelo individualismo e pela liberdade. Segundo este raciocínio lógico, as virtudes despoletadas pelo contacto íntimo com as concepções míticas da existência rústica iriam fazer do republicanismo um projecto muito bem-sucedido. Com efeito, a concepção idílica distingue entre a propensão para o crescimento desmedido do sistema de ideias predominante e o novo conceito defendido por Jefferson de suficiência material. Com o objectivo de obter uma condição de vida satisfatória, o desígnio económico da sua utopia era a produção suficiente de bens. A crítica ao processo industrial centrava-se neste humilde mote: a subordinação da quantidade à qualidade. Assim sendo, o impulso pastoril deveria consagrar, obrigatoriamente, a possibilidade do ser humano manter o seu equilíbrio emocional através da satisfação de todas as suas necessidades não só externas, como também interiores.

No entanto, o normal desenvolvimento do processo histórico conduziria, nos exactos termos da metáfora de Marx, à invasão do jardim pela máquina. Esse evento marcaria o derradeiro atingir da autêntica independência política e económica do país. Pressentindo a inevitabilidade deste acontecimento, foi muito desfavorável a reacção de algumas individualidades cruciais da cultura norte-americana. Entre essas sobressaía claramente a proeminente figura da Revolução, Thomas Jefferson que, ao ocupar o cargo de secretário de estado, quase de imediato entrou em rotura com o jovem e arguto secretário do tesouro de George Washington, Alexander Hamilton. Jefferson pretendia que a autoridade política fosse fundamentada nas aspirações do povo independente do campo através do estabelecimento de um poder estadual. Hamilton, pelo contrário, apoiava a implementação de um governo central forte baseado no auxílio das grandes indústrias. Era assim evidente que a “utopia dominante” projectava uma era de industrialismo capitalista e Jefferson foi compreendendo, então, que as suas reflexões dever-se-iam adaptar aos imperativos do quotidiano social, ao momento histórico concreto. Durante o seu posterior mandato enquanto presidente, ao abandonar alguns

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

dos preceitos defendidos em *Notes on the State of Virginia*, Jefferson não renegaria completamente ao seu ideal pastoril tendo-se visto antes obrigado a adaptá-lo às circunstâncias sempre em mudança. O seu projecto utópico foi suplantado pela obrigação terminante de existirem compromissos políticos dirigidos ao interesse global já que o dever de qualquer governo é a satisfação das necessidades mais prementes do povo que o elegeu. No caso particular, essas necessidades impuseram que o país acompanhasse o mundo num processo cujos frutos ainda hoje recolhemos:

A utopia agrária no jardim do mundo foi destruída, ou melhor abortada, pelo especulador imobiliário e pelo monopolista dos caminhos-de-ferro. Estes eram, por sua vez, as meras expressões de um conjunto de forças maiores a operar no seio da sociedade norte-americana após a Guerra Civil – a máquina, os instrumentos das corporações financeiras e o poder das grandes empresas sobre o Congresso. (Smith 1975: 191 – tradução minha)

Contra as gigantes e “desumanizantes” forças motrizes do industrialismo, a consciência moral crítica do utopista pouco pode senão deixar eternamente viva no imaginário colectivo a possibilidade de uma alternativa. O falhanço de Jefferson em codificar objectiva e sistematicamente a sua filosofia confundiu, porém, muitos dos seus seguidores. Os movimentos de início agrários e depois ecologistas fizeram crer que emergiam da decisiva herança cultural por si deixada. Apesar disso, estes movimentos, na sua esmagadora maioria, redundaram em grotescos exageros que tornaram a visão jeffersoniana em símbolo de raciocínios fúteis, ou mesmo reaccionários. Thomas Jefferson deverá ser consagrado pela História não como uma figura incoerente, mas antes como uma figura que revela todas as complexidades da vivência norte-americana. Os seus ideais resguardavam a simples restauração dos valores de uma sociedade primitiva. A Virgínia sinalizava a abundância da nação, a sua organização social favorecia a propriedade e o trabalho individual da terra de forma a ser assegurada a auto-suficiência e, por esse meio, a independência. As duas traves mestras da felicidade

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

segundo o Pastoralismo.

A defesa de uma alternativa não foi empresa que se limitou ao trabalho de uma única individualidade. Outro representante maior, e que não deve cair no esquecimento, da presença recorrente do impulso pastoril na cultura nacional é J. Hector St. John de Crèvecoeur. Em *Letters from an American Farmer*, Crèvecoeur procura dissociar-se de tudo aquilo que faz parte da esfera do sofisticado, ao mesmo tempo que se afirma enquanto verdadeiro homem do campo. A dimensão natural do espaço selvagem é descrita como a primeira e mais importante característica da nação. Este cunho próprio desenha no mapa mundial uma espécie de fronteira entre o carácter bravio do Novo Mundo e a superlotada Europa urbana. Neste cenário, qualquer utopia americana é projectada numa realidade mitológica intermédia entre aquilo que é selvagem e aquilo que é civilizado, um espaço de permeio que serve muitas vezes para definir o próprio ser humano. O relato particular de Crèvecoeur indica-nos que a abundância do terreno fértil deste espaço banha de novas oportunidades quem nele escolhe habitar. Num discurso que a cada passo parece recuperar alguns dos pontos mais importantes do projecto de Jefferson são destacadas as potencialidades económicas do território, sem nunca descurar também as suas qualidades espirituais intrínsecas:

I have composed many a good sermon as I followed my plough. The eyes not being then engaged on any particular object, leaves the mind free for the introduction of many useful ideas. It is not in the noisy shop of a blacksmith or of a carpenter, that these studious moments can be enjoyed; it is as we silently till the ground, and muse along the odoriferous furrows of our low lands, uninterrupted either by stones or stumps; it is there that the salubrious effluvia of the earth animate our spirits and serve to inspire us. (Crèvecoeur 1963: 41)

O espaço físico é assim matéria intangível que penetra na consciência do indivíduo e ali lhe imprime um código de valores morais específico a ser fielmente observado. A correspondência ficcional que Crèvecoeur neste texto apresenta demonstra como o ser

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

humano pode encontrar regeneração no seio da paisagem natural. A liberdade oferecida pelo abandono das amarras sociais advindas da tradição europeia é outra das suas mais importantes potencialidades e virtudes.

Através da exploração das diferenças concretas e potenciais entre o Novo Mundo e o Velho Continente, o autor patenteia, também ele, a predisposição cultural norte-americana para a reactivação cíclica da ligação privilegiada do povo com as potentes e excepcionais energias do solo nativo. A Virgínia de Jefferson transforma-se na Nantucket de Crèvecoeur. Estes são os locais onde o desígnio utópico de uma América pastoril se encontrava já em plena marcha. Numa obra que retrata as suposições teóricas que conduziram alguns malogrados seguidores de Jefferson a tentar incorporar os indígenas norte-americanos na sociedade dominante, Sheehan sublinha que apesar das origens europeias de Crèvecoeur, este:

[N]ão se contentava com a mera luta prática pelo obter de um ganha-pão no mundo. Ele precisava de uma visão abstracta, de uma ordenação mítica da realidade. Ele propôs uma idealização irreal que só poderia ser alcançada através da execução de uma retirada do mundo real. (Sheehan 1974: 100 – tradução minha)

A recusa radical de tudo aquilo que estava minimamente relacionado com o legado europeu e a procura pelo que verdadeiramente distingue a nova “comunidade política imaginada” definem Jefferson e Crèvecoeur como protótipos exemplares daquilo que é ser americano. A concepção alternativa pastoril que ambos propuseram consumava as mais profundas aspirações do espírito humano, o desejo utópico impele o indivíduo a trocar as imperfeições da existência pela busca de uma noção de paraíso reconquistado na terra.

Em resumo, o edifício cultural norte-americano preserva a recorrência do impulso pastoril como forma de actualizar pela crítica os valores predominantes que o regem. A sempre presente possibilidade de recuperação da relação peculiar que une a população e o elemento natural do espaço selvagem surge enquanto resposta aos

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

malefícios – aos “problemas colectivos” – do caminho progressista da “utopia dominante”. A criação dos mundos utópicos paralelos de Jefferson e Crèvecoeur demonstra a tendência nacional para a produção de inúmeras alternativas a qualquer tipo de dogma ideológico. No contexto da construção destas realidades ideais e bem no seio da sociedade norte-americana, duas formas distintas de organizar a vida em comunidade têm frequentemente colidido. São elas o paradigma rural de proximidade com a natureza cujas raízes datam dos primórdios da colonização e o paradigma urbano de desenvolvimento industrial que, desde então, tem dominado. Os pensadores iluministas do século XVIII observavam o futuro de forma optimista e julgavam ser possível combinar o carácter singelo dos espaços rurais com as propriedades da civilização urbana enquanto, simultaneamente, se eliminavam as marcas de rudeza campestre e a faceta corruptora das cidades.²² Tendo em vista a coexistência dos melhores valores de cada paradigma, a ideia seria a criação de um lugar onde os seus respectivos defeitos pudessem anular-se mutuamente. Com o correr do tempo, este desejo utópico tornou-se cada vez mais vago, tornou-se numa projecção fantasiosa e não num genuíno projecto de reforma da sociedade. Apesar de tudo, a simbiose entre o selvagem e o civilizado constitui um dos mais significativos desígnios da nação pois atenua discórdias através da perpetuação da possibilidade de perseguição de uma felicidade do tipo rural, ao mesmo passo que abre as portas a que todas as energias da nação permaneçam devotadas ao esforço da procura e da multiplicação da riqueza. A defesa do paradigma rural era a única forma de resguardar o reservatório de qualidades naturais sublimes que parecia possibilitar o alcançar do mais pleno bem-estar humano. O mito da América enquanto local para um novo começo, onde os europeus encontrariam uma regeneração dos seus valores, materializava-se no poder reconfortante do terreno idílico. Sob o ponto de vista ficcional, a América é portanto, um retiro bucólico localizado – tal como o ser humano – no intervalo entre aquilo que

²² Para mais sobre a simbiose entre estes dois paradigmas aparentemente irreconciliáveis consultar: Machor, James L. (1987). *Pastoral Cities: Urban Ideals and the Symbolic Landscape of America*. London: The University of Wisconsin Press.

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

constitui o instinto inato selvagem e aquilo que compõe a racionalidade civilizacional.

A sobrevivência dos valores inerentes à vida no campo está dependente da submissão do paradigma rural às vorazes leis da oferta e da procura, às normas que regem as trocas, as contrapartidas e os lucros. A adopção moderada do comércio, da recíproca satisfação de necessidades, exibia-se como a única maneira de preservar uma comunidade que, segundo Jefferson, serviria de base exemplar ao projecto fundador da República:

Efectivamente, aquilo que Jefferson alegava (...) era que os direitos naturais estavam inerentes à conquista pessoal da terra. Segue-se, por consequência, que o exercício pleno desses direitos se encontrava reservado àqueles que haviam alcançado esta conquista (...). E, com efeito, Jefferson não teve receio de desenvolver esta consequência: de sugerir, de facto, que o poder na nova comunidade deveria residir com aqueles que trabalhassem a terra. (...) Dependendo de ninguém mais do que de si próprio, Jefferson declarou, que o proprietário estava menos sujeito que o assalariado a agir por motivos desonrosos ou a ser levado por influências externas; ao passo que, como possuía um quinhão da terra, estava sempre mais inclinado a servir os interesses da lei e da ordem, isto é, os interesses da coisa possuída. (Gray 1989: 20 – tradução minha)

O dilema no epicentro da cultura norte-americana que Thomas Jefferson tão bem personificou consiste na difícil escolha entre os valores não-predominantes, e por isso marginais, da sociedade agrícola assente na exportação de matérias-primas e importação de manufacturas e os valores canónicos, e por isso dominantes, da sociedade progressista assente na indústria. Apesar de uma certa hesitação momentânea entre a vida simples do campo e a promessa de uma economia rica, a inclinação cultural nacional para a manutenção de uma relação próxima com a natureza foi aquilo que acalentou o ideal rural da América de Jefferson. Mais tarde, no século XX, esse mesmo

O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira

ideal viria a ser transformado num impulso suburbano.²³ Dado o clima cultural predominante não é de estranhar que a visão pastoril seja invocada por aqueles que estão à margem. Estes dissidentes pertencem na sua esmagadora maioria a pequenos e infrutíferos grupos (étnicos, religiosos, literários, etc.) apartados dos grandes centros de decisão. Se excluirmos a particularidade cultural a Sul, qualquer divergência de opinião que atente contra o processo industrial norte-americano revela-se muito pouco eficaz enquanto argumento político. No entanto, a concepção intemporal do mundo oferecida pela visão utópica marginal de cariz pastoril imune o ser humano das complexidades do desenvolvimento histórico. Apesar de Jefferson ter sido derrotado pela marcha inexorável do tempo e pela firmeza da tentação do progresso, a teoria da fronteira de Frederick Jackson Turner,²⁴ à qual voltaremos mais adiante, renovou o interesse pelo contributo dos seus ideias na formação do edifício cultural da nação. O seu idealismo, no que diz respeito essencialmente à concepção do lugar, levou ao longo da História do país a romanticismos vários. Por exemplo, como a Beat Generation de seguida provará, o dilema norte-americano entre as reflexões fantasiosas dissonantes e a pragmática corruptora do poder financeiro instalado adquiriu renovada vitalidade no decorrer do século passado. A ilha de Prospero, o retiro de Virgílio, a Virgínia natal de Jefferson e a Nantucket de Crèvecoeur são locais revestidos de simbolismo utópico que servem afinal de deflexão crítica aos rumos seguidos pela civilização.

²³ O movimento de deslocação do interior da cidade para a sua periferia, ocorrido algures após a Segunda Guerra Mundial, significava o reaproximar da população como o elemento natural. O povo norte-americano era impelido pela própria cidade para o regresso a um estilo de vida mais próximo com a natureza.

²⁴ Para mais sobre a teoria da fronteira consultar: Turner, Frederick Jackson (1996). *The Frontier in American History*. New York: Dover Publications. Daqui destacamos a seguinte passagem: “The peculiarity of American institutions is, the fact that they have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people – to the changes involved in crossing a continent, in winning a wilderness, and in developing at each area of this progress out of the primitive economic and political conditions of the frontier into the complexity of city life (2). (...) [T]he frontier is (...) the meeting point between savagery and civilization” (3).

Capítulo III – A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

You could say we had a preoccupation with the Thoreauvian and Whitmanic tradition, and so we were very responsive to the whole rediscovery of the body and the Land. (...) Well, there was a return to nature and the revolt against the machine, and I think this is very important, for you can see all this in the reduplication of the cycle today (Allen Ginsberg, em entrevista). (cit. Marx 1988: 199)

O violento encontro inicial do colono norte-americano com a exigente realidade do espaço selvagem foi gerando o desenvolvimento contínuo de uma tendência empreendedora que, como hoje bem sabemos, caracteriza indubitavelmente a massa humana dos Estados Unidos da América. A necessidade de superação da situação presente e a busca por uma futura situação melhor representam de forma sumária os intentos fundamentais de todas as pessoas que escolhem habitar o Novo Mundo. Com efeito, a fuga àquilo que já se conhece e a procura por algo verdadeiramente inovador são duas forças que se unem e que estão também subjacentes à criação de todos os projectos utópicos. Se a vasta extensão do terreno natural disponível parecia conservar novidades a cada recanto por explorar, o acesso ao contacto com o carácter primitivo do território era apenas possibilitado pelo encetar de viagens. Esta espécie de nomadismo característica da população da nação reúne em si mesma os mais vários sentimentos. A deslocação inquisitiva no espaço congrega assim a esperança última de ultrapassar velhas barreiras e limitações, o desejo pela execução de um recomeço, a tentativa de encontrar novos valores e hábitos, a demarcada insatisfação com a realidade social actual e a conseqüente demanda por um lugar que permita a derradeira concretização da prometida felicidade. No contexto cultural norte-americano, estes ideais filosóficos genéricos são superiormente representados pelo conjunto heterogéneo de artistas e intelectuais que viria a ficar consagrado para a História como Beat Generation. Como o verbo “to beat” significa também movimento errante – o desbravar de terra, o trilhar de

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

um caminho – este grupo marginal, constituído na sua grande maioria por escritores, respondeu àquilo que julgavam ser o decadente sistema de ideias predominante da década de cinquenta partindo pela estrada fora à descoberta do, segundo eles, verdadeiro espírito da nação. Através da viagem procuravam reivindicar por uma existência superior e mais completa do que a vida monótona, moralmente conservadora e adversa à mudança da sociedade instalada. Esse desbravar inocente do território operou uma espécie de reconstituição cultural das travessias pioneiras no continente, actualizando à época o mito da fronteira primeiramente avançado por Frederick Jackson Turner.

O acto de fazer-se transportar de um local a outro longínquo implica sempre uma direcção, mas também a ausência da formação de raízes e a importância da experiência nova. O seu funcionamento interno é muito semelhante ao da utopia pois a preponderância para o interesse humano da viagem não reside em objectos realizáveis ou alcançáveis, mas antes na capacidade mobilizadora e instrutiva do processo, de tudo aquilo que ocorre entre um ponto de partida e um ponto de chegada. Por outro lado, as já mencionadas teorias de John Locke sobre a influência das percepções humanas na definição da índole do indivíduo parecem ser perfeitamente sustentadas por Ray Allen Billington quando este nos indica que “o principal efeito do ambiente social da fronteira foi o enfraquecer dos valores e da ordem da sociedade”, na medida em que o pioneiro “se encontrava presente numa realidade fluida, instável e em constante mutação, onde os costumes corriqueiros não produziam os resultados esperados e onde a experimentação parecia mais premente do que em qualquer outra cultura estabelecida” (Billington 1966: 53 – tradução minha). Neste sentido, o homem da fronteira que vai dividindo o mundo civilizado do mundo selvagem era regularmente confrontado com sensações de não pertença, com sentimentos de desvinculação social que originam fenómenos de alheamento face à unidade cultural vigente. A existência destes indivíduos era governada pelo variável e inconstante estado de mudança e não pela fixa e permanente disciplina da tradição.

As noções gerais que explicam a tese da fronteira de Turner dizem respeito,

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

essencialmente, à explicação das múltiplas consequências sociais decorrentes da acção simbólica exercida pela linha invisível que separava o Este civilizador e o Oeste por civilizar. Uma dessas consequências mais importantes foi exactamente o empreendedorismo que distingue a nação, o levar a cabo de diversas actividades de quem, por iniciativa pessoal, idealiza métodos e realiza acções com o intuito de dinamizar a sociedade a que pertence. A viagem oferece assim a quem a executa a possibilidade de criação, no local de destino, de algo já previamente imaginado (utopia), simultaneamente, é também aberto caminho para a potenciação do autoconhecimento e para o aprofundamento da autoconstrução. Os membros da Beat Generation (que denominaremos daqui em diante por “beat”) partilharam durante toda a sua vida não de um inidentificável objectivo geográfico, como tantas vezes lhes foi apontado, mas antes de uma procura espiritual indefinida. A sua intenção não era chegar, mas sim ir. O seu desígnio não era alcançar um destino final, mas sim a viagem. O seu propósito não era a utopia concretizada, mas sim o processo da sua busca. Estacar apaticamente face à realidade era sujeitar-se às forças uniformizadoras do cadinho da consensualidade cultural norte-americana.

Inspirado pelo romantismo pastoril mais típico da nação, o movimento contracultura da Beat Generation recuperou a crença nas virtudes morais do elemento natural do espaço selvagem. A defesa fervorosa da espontaneidade como imagem de marca do seu estilo de vida, a procura insaciável pelo contacto com o genuinamente puro e a celebração despudorada dos mais básicos instintos humanos compõem as ideias fortes da sua filosofia experimental, ao mesmo tempo que reconstituem aproximadamente os ideais fundamentais do Pastoralismo de Thomas Jefferson. Neste sentido, a primeira e mais decisiva atitude que o “beat” deve tomar é a dissidência, a total desvinculação perante qualquer laço que faça ligar o indivíduo às instituições dominantes. O sujeito não é mais do que parte integrante de um sistema colectivo que marginaliza e atira para segundo plano os valores pastoris. Toda a acção governativa é regulada por organizações que são tidas como opressivas das mais essenciais liberdades

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

humanas e que, pela sua acção diligente, degradam o direito à individualidade de cada um. Perante este paradigma social, a única solução compensatória deixada em aberto é a condução de uma existência à margem das perniciosas influências da sociedade. Assim sendo, a minoria adversa e turbulenta dos anos cinquenta misturou a sua própria reacção romântica ao irromper do capitalismo industrial com as concepções míticas da migração transatlântica pioneira. A América que, enquanto ideia, havia sido outrora retiro redentor da faceta corruptora do Velho Continente ressurgia agora de novo para ser desbravada, dado que a recusa intransigente da aparente inevitabilidade do processo industrial concedeu renovada vitalidade aos estilos de vida simples.

O impulso pastoril advém quase sempre de um desejo de encarar a complexidade e o poder crescentes da sociedade organizada através do abandono dos valores culturais predominantes e pela procura de uma existência mais harmoniosa perto do que de natural existe. Livre de qualquer ligação às estruturas sociais, o “beat” revela pouca confiança na sua própria capacidade para corrigir a realidade. Talvez por isso mesmo, este nunca se revela muito interessado em criar ou em associar-se a organizações políticas. No contexto do edifício cultural norte-americano, quando são contrariadas as noções que regulam as utopias pessoais de cada um, outras utopias surgem como imediata resposta inversa. Esta reacção é ainda mais frequente quando o período histórico concreto se encontra em grande alvoroço, ou então quando se sucedem velozes e drásticos avanços. Nesses momentos tumultuosos surge assiduamente a utopia pastoril que resguarda o dom de congelar o correr do tempo numa ideia idílica procurando serenar, desse modo, todos os desassossegos inerentes a uma realidade em constantes mudanças instantâneas, muitas vezes imperceptíveis e difíceis de prever quase sempre.

Se, por um lado, é verdade que a Beat Generation nunca depositou grande expectativa na possibilidade de reparação de uma sociedade que via como obliteradora da mais sublime criatividade e espiritualidade humanas, por outro, não deixa de ser também verdade que a articulação das suas intenções nunca foi muito clara. A atenção do “beat” e de todas as suas acções foi concentrada na censura do existente e não na

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

proposição, discussão, ou produção, de algo politicamente alternativo. O escandalizar de uma ortodoxia cultural dominante eminentemente conservadora compunha o objectivo primordial tanto do seu inconventional modo de vida, como do seu invariável comportamento provocatório. Desta maneira, procurando lutar pelo choque contra a inibição e contra a apatia era esperado que se pudesse produzir mudança. O inconformismo de uma geração atormentada procurava combater, em tempos de exacerbadas tensões políticas, o advento inexorável de uma tendência corporativista nos Estados Unidos da América. Ao frenesim materialista do capitalismo industrial, a Beat Generation replicava com a promoção, sempre e apenas pelo exemplo, de uma alternativa utópica mítica.²⁵ Neste ponto preciso, não deve deixar de ser feita uma antecipada distinção fundamental entre as concepções adjacentes ao mito da fronteira, tal como cunhado por Turner, e a forma como os valores pastoris foram incorporados na acção da Beat Generation. O indivíduo que fazia avançar a fronteira sobre o território norte-americano e que deste progredir retirava o seu sustento era movido pelos mais intensos desejos de aquisição de riqueza material.²⁶ O “beat”, pelo contrário, procurava simplesmente escapar a uma sociedade resultante dessa mesma compulsão materialista. Esta sua “geração” fez, sem dúvida, justiça à concepção errante associada ao mito da fronteira, ao mesmo tempo que a despojava de todos os interesses economicistas que lhe serviram de base. O estado de constante permanência em trânsito é, diga-se de passagem, requisito crucial para os “peregrinos” da Beat Generation.

A Segunda Guerra Mundial foi, a vários títulos, pungente. Após o seu conclusivo desenlace terminal, o planeamento e a perspectivação do presente perderam grande parte da sua preponderância em face de um futuro já de si incerto. Este facto da vida social conduziu à procura das mais variadas práticas hedonistas pois a obtenção de prazer momentâneo parecia ser a única forma de conferir significado ao actual e de

²⁵ Cf. Capítulo I, página 19.

²⁶ É necessário não confundir aqui o homem da fronteira com a figura arcádica idealizada do pastor. O segundo diverge largamente do primeiro nos interesses das relações que ambos mantêm com o terreno natural.

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

minorar a indefinição do que ainda estava por vir. Além disso, as instituições que asseguravam a manutenção do sistema de ideias predominante começaram, pela sua própria intervenção errática, a perder a confiança da população. Entre os mais importantes factores que contribuíram para esta situação estão uma série de acontecimentos públicos marcantes – como, por exemplo, as explosões de Hiroxima e Nagasáqui, a histeria do Macartismo e as sangrentas guerras da Coreia e Vietname – que desgastaram irreversivelmente as máquinas governamentais então vigentes. O contacto, que pelo desenvolver da tecnologia é cada vez mais próximo, com as regras pelas quais se rege um conflito armado transforma inevitavelmente a realidade. Agora, o ser humano dispunha de todo um arsenal alargado de meios suficientes para pôr termo à sua própria existência. Embora a deflagração dos engenhos atómicos no Japão tenha imposto o fim dos combates mais severos, não foi possível evitar que os seus estilhaços de mais longo alcance infligissem também, de forma simbólica, rudes golpes na forma como as nações e os povos se observavam a si e ao Universo. O confronto do indivíduo com toda a dimensão da sua mortalidade, a sua tomada de consciência da possibilidade real de aniquilação súbita e total da civilização humana provocou, especialmente nas gerações mais jovens, sentimentos de insegurança, hesitação e dúvida. Nos anos seguintes, estas inquietações pessoais foram sendo continuamente alimentadas pelas vicissitudes do embate ideológico entre duas potências bipolarizadas e antagónicas no período que ficou conhecido como Guerra Fria. Se a década de cinquenta foi marcada por um significativo e controverso período de contradições e contrastes (tensas relações sociais, mas desenvolvimento e abundância económica), a segunda metade do século XX ficaria manchada pelo extremismo na adopção de determinadas opções. O melhor exemplo de um desses episódios foi o período de perseguição política exacerbada mais comumente designado por Macartismo. O receio da propagação do âmbito de influência das crenças comunistas da ex-União Soviética ao mundo, e mais urgentemente às próprias instituições norte-americanas, levou à chamada “caça às bruxas” conduzida a punho de ferro pelo famigerado senador Joseph McCarthy. A

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

saliente desorientação colectiva impôs a protecção do conservadorismo ideológico em relação a todos os perigosos estímulos externos. Aquilo que se acreditava ser a defesa dos mais altos interesses da nação sobrepôs-se, demasiadas vezes, à grande parte dos direitos inalienáveis dos seus cidadãos. Assim sendo, os fenómenos de alheamento perante a realidade política e o desafio a todo e qualquer símbolo da autoridade são os resultados finais da desconfiança em face da inconstância das instituições responsáveis e em face da sua aparente incapacidade para dar saída aos mais prementes problemas da sociedade.

Para o contacto mais aprofundado da população geral com estes factos da vida social que iam ocorrendo ao seu redor foi indispensável o advento da televisão. A invenção e desenvolvimento da tecnologia televisiva corresponderam de forma evidente, todavia, a um crescente e generalizado estado de indiferença colectiva. A imposição da força do audiovisual na moldagem de mentalidades não é uma tendência exclusivamente hodierna. Desde cedo, os meios de comunicação social preocuparam-se com a difusão de uma emissão, cada vez mais, visualmente sedutora. Neste contexto, o estabelecimento de uma experiência padrão partilhada fez despontar uma cultura popular de massas. A imposição da produção e divulgação cultural em série que apelasse às franjas mais numerosas do grande público debilitou, em muitos casos, as forças da resistência individual pondo em causa a própria capacidade do indivíduo para questionar o mundo. Todos os membros dos diferentes grupos sociais iam sendo instruídos a igualar o seu próximo e nunca a excedê-lo. Por outro lado, no pico do desenvolvimento industrial, a nação norte-americana viu-se a braços com uma sociedade maioritariamente de consumo.²⁷ A solidez da prosperidade do país tornava-se

²⁷ Para mais sobre a sociedade de consumo consultar: Miles, Steven (1998) *Consumerism – As a Way of Life*. London: SAGE Publications. Daqui destacamos a seguinte passagem: “The rise of a consumer society clearly came into its own with the onset of industrialization. As production for subsistence came to be replaced by wage labour, people inevitably became consumers as well as producers. As such, from a long-term historical point of view, there emerged evidence of a radically different way of life in terms of social structures, social values and attitudes. Gradually, then, a new type of society developed: a society built upon the thirst for novelty – novelty that the economic system became more than willing to perpetuate” (6).

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

imprevisível porque o dinamismo do seu motor económico era conservado pelos elevados índices de produção que eram, por sua vez, potenciados pelos elevados índices de consumo. Quando o motor económico de um país se encontra tão dependente de factores sempre variáveis, a sua saúde financeira pode vacilar a qualquer momento. Deste modo, enquanto a máquina nacional progredia “os consumidores privavam-se da sua própria individualidade na medida em que estavam dispostos a comprar produtos 'massificados', estandardizados e indiferenciados” (Miles 1998: 7 – tradução minha). Na alvorada de uma sociedade onde também o pensamento se encontrava uniformizado:

A ideologia consumista tornou-se desenfreada, o pensamento social crítico tornou-se anátema. (...) O universo consumista foi (...) erigido com um vigor sem precedentes postulando um nacionalismo económico que anunciava a inviolável santidade do mundo mercantil. (...) Ser diferente e agir de forma diferente tornaram-se os vagos arquétipos da subversão e da blasfémia. (...) A visão de liberdade que ia sendo oferecida a todos os americanos relegava continuamente o povo ao consumo, à passividade e à contemplação. (...) Enquanto era anunciado um mundo de liberdade e oportunidade sem precedentes, as corporações (em consonância com o aparelho de estado) iam gerando um modo de existência cada vez mais regimentado e autoritário. (Ewen 1976: 206-15 – tradução minha)

Neste tipo de organização social, os sujeitos são sempre vistos ora como meros meios de produção, ora como meros meios de consumo.

Apesar de tudo isto, a promessa utópica da nação parecia concretizar-se de novo aos olhos de todos. A abastada sociedade norte-americana do pós-Segunda Guerra Mundial foi por muitos vista como a derradeira materialização da “utopia dominante”. O seu desígnio orientador consistia numa ideia de felicidade alcançável que parecia poder ser cabalmente garantida pela obtenção de mais-valias materiais. No entanto, a consensualidade cultural dos Estados Unidos da América não está imune, como bem sabemos, a chamadas de atenção ou mesmo a reformulações. Se é um facto indesmentível que premissas fortemente utópicas caracterizam a identidade nacional

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

desde a fundação do próprio país, também não é menos exacto afirmar que tal “utopia dominante” nunca evita completamente a existência de “utopias marginais”. Neste sentido, se a relatividade indica-nos que podem existir diferentes pontos de vista sobre um mesmo objecto e que todos esses pontos de vista podem contribuir em partes iguais para a descoberta da verdade, então, no contexto cultural norte-americano a diversidade de olhares válidos sobre a realidade é directamente proporcional ao número de grupos sociais que a compõem.

A revolução cultural da Beat Generation contra o tipo de organização social prevalecente no período do pós-guerra fez assentar os seus ideais na vida e obra de alguns dos mais meritórios pensadores norte-americanos.²⁸ Os membros deste grupo de intelectuais dissidentes opuseram-se ao conformismo e ao materialismo predominantes através da adopção de estilos de vida influenciados, em particular, pelas noções de “desobediência civil” de Henry D. Thoreau. Diante das condições opressivas da injusta realidade política, o indivíduo não tinha outra solução senão desobedecer às normas instituídas. Assim sendo, Thoreau defendia que o governo – não obstante ser eleito por uma maioria expressa da população – está sempre susceptível a ser pervertido ou corrompido em benefício de alguns, sem que para tal o impedir todos tenham nova oportunidade de, pelo voto, agir. A perda de integridade das instituições significava a perda de confiança dos cidadãos nas reformas que por si estavam reservadas à resolução dos problemas sociais. Neste contexto, a sugestão de alternativas era observada como sendo inútil e inconsequente. Toda a acção só poderia ser, por conseguinte, dirigida pelo exercício de práticas radicais que visavam aniquilar, muito concretamente, todos os modelos de referências morais definidos pela convenção. A este respeito, Thoreau afirmava:

If the injustice is part of the necessary friction of the machine of government, let it go, let it go: perchance it will wear smooth – certainly the machine will wear out. If

²⁸ Para além de Thomas Jefferson e David H. Thoreau, referência também a Walt Whitman e Ralph W. Emerson.

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

the injustice has a spring, or a pulley, or a rope, or a crank, exclusively for itself, then perhaps you may consider whether the remedy will not be worse than the evil; but if it is of such a nature that it requires you to be the agent of injustice to another, then I say, break the law. Let your life be a counter-friction to stop the machine. What I have to do is to see, at any rate, that I do not lend myself to the wrong which I condemn. (Thoreau 1950: 644)

Se o Estado impõe regras que atentam contra a vontade do indivíduo e se essa vontade é conduzida de forma sincera pela sua consciência, ao acatá-las e cumpri-las o indivíduo está a atentar contra si próprio. Sob o ponto de vista moral, a insubmissão é a única escolha aceitável pois, segundo Thoreau, a única obrigação que o sujeito tem é fazer, a todos os momentos, aquilo que considera mais correcto. A este tipo de ideal tão assertivo podem sempre ficar subentendidas premissas anarquistas. Para evitar interpretações erróneas, o autor retira todas as dúvidas quando assegura:

I do not wish to quarrel with any man or nation. I do not wish to split hairs, to make fine distinctions, or set myself up as better than my neighbors. I seek rather, I may say, even an excuse for conforming to the laws of the land. (655)

O acto de reconciliação com as leis da natureza é, portanto, o único acto de submissão aceitável.

A tentativa de conceder sentido à existência através do retorno a uma condição primitiva original foi aquilo que governou também, como já vimos, a demanda da Beat Generation. O retorno ao que quer que seja implica sempre um movimento de saída e um movimento de chegada, uma fuga e uma procura. Henry D. Thoreau pretendia apenas, por exemplo, o atingir de um: “more perfect and glorious State, which I have also imagined, but not yet anywhere seen” (659). Assim sendo, a Beat Generation no seu credo ou metodologia não pode ser considerada como um acontecimento totalmente singular na cultura norte-americana. O recalcitrar inerente à sua rebeldia traça paralelos com a Lost Generation do início do século XX ou, ainda antes no século XIX, com os

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

Transcendentalistas (entre os quais se inclui Henry D. Thoreau). Se os primeiros se exilaram fisicamente na Europa para fugir à dura realidade do país que os viu nascer, outros houve que não se contentaram com a projecção fantasiosa de Estados mais “perfeitos” ou “gloriosos” e deram preferência, pelo contrário, tanto à evasão mental no interior de si mesmos, como à procura de algo real que pudessem contemplar com os seus próprios olhos pelas ruas da América.

A reconstituição das origens da palavra “beat” é difícil não tanto pelos múltiplos sentidos que cada utilizador lhe confere, mas mais pelos diversos significados que o complexo conceito encerra. Após o surgir inicial da denominada Beat Generation, as pessoas que a si iam sendo associadas passaram a ser imediata e depreciativamente apelidadas de “beatniks” pelos seus contemporâneos. Este termo pejorativo procurava confundir, em especial no contexto da Guerra Fria, os elementos marginais supramencionados com o declarado inimigo de longa data, a ex-União Soviética. A conexão era operada através das semelhanças fonéticas do termo com o nome do então célebre e revolucionário satélite soviético “Sputnik”. Conotações políticas deste género no simples tratamento de um grupo singular de indivíduos revelam a tentativa de negação, ou no mínimo de desvalorização, dos “problemas colectivos” específicos que conduziram à formação de tais movimentos. Ao contrário do que pode ser suposto, a Beat Generation não é um corpo estranho no seio do edifício cultural norte-americano. A revolta face aos desígnios da sociedade a que pertenceu representou mais do que uma fútil evasão juvenil aos valores dominantes da sociedade estabelecida do pós-Segunda Guerra Mundial. Nas esclarecedoras palavras de John Clellon Holmes, “beat” significava:

[M]ais do que mera exaustão, implica a sensação de se ter sido usado, de se ser cru. Invoca uma espécie de nudez da mente, e em última análise da alma; a sensação de se ser reduzido às raízes da consciência. Em suma, significa ser positivamente empurrado contra a parede de si mesmo. (Holmes 1952: 10 – tradução minha)

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

Os estados de conturbação mental descritos nestas linhas deram origem a uma revolução muda e interior, firmada na busca e aperfeiçoamento existencialista da experiência pessoal no mundo. A única contrariedade que pode ser apontada a este projecto utópico era a inconsistência e desarticulação sistemática na definição das suas bases filosóficas reguladoras. No entanto, um preceito parecia ser genericamente aceite como verdade absoluta. Os obsoletos parâmetros modernos da racionalidade científica e tecnológica eram completamente incapazes de explicar de forma eficaz as infinitas possibilidades abertas à experiência do ser humano num Universo que não controla nem compreende.

Generalizar a existência de toda uma Beat Generation não é o mais fidedigno sob o ponto de vista histórico. O mais prudente é dar por certo que um pequeno grupo de pessoas, ainda que possuidor de um conjunto intenso de visões pessoais, não constitui por si só uma geração. Composta por intelectuais dos mais diferentes quadrantes, a Beat Generation representou, numa escala reduzida, um certo paradigma mental associado ao modo de vida instituído da época. As suas acções transformaram-se, no contexto cultural da nação, num foco sinalizador que recordava a necessidade incontornável de recorrer à dissidência no accionar da mudança. Com efeito, este acto de “fricção contra a máquina” foi executado pela crítica à condescendência política, foi conduzido através de viagens de exploração pela consciência humana e foi expresso por novas e experimentais formas de produção artística. Como resposta comum às conservadoras atitudes da sociedade uniformizadora diante do sexo, das drogas, da religião e da arte, o “beat” guiou a sua existência no cumprimento fiel dos valores da desfiliação, da pobreza, do individualismo anárquico e da vida em comunidades provisórias, sempre provisórias. Neste cenário, prioridade máxima é conferida à indagação e descoberta particular do íntimo através do consumo excessivo de qualquer substância que permitisse a separação catártica do corpo e da mente, no sentido em que “a sabedoria de Freud parecia capturada numa cápsula de químicos” (Bardbury & Ruland 1991: 395 – tradução minha). Estas foram as destrutivas vias escolhidas pelo “beat” para o

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

aprofundamento do conhecimento sobre si mesmo e sobre o mundo. A compreensão dos infernos pessoais que assolavam aqueles que permaneciam à margem da prosperidade do pós-guerra era o propósito fundamental das obras literárias de Jack Kerouac, Allen Ginsberg e William Burroughs, provavelmente, os mais significativos representantes da Beat Generation. Para eles, os protótipos do cidadão norte-americano médio, encontrados em cada recanto real ou ficcional da América procurando muito simplesmente sobreviver às dificuldades do tempo, eram as verdadeiras fontes de autenticidade.

A criação de utopias – modelos alternativos futuros – é uma propensão natural da mente humana que surge principalmente em contextos sociais com os quais o indivíduo se sente desconfortável. Curiosamente, ou talvez não, a Beat Generation respondeu a uma utopia que via como fracassada com novos tipos de utopias. Se todas as contingências da luta pela independência política do país procuraram defender vitoriosamente uma ideia de nação cuja concepção e existência antecedeu qualquer combate mais violento, logo, a noção de que a fundação de um mundo melhor era tarefa que se encontrava exclusivamente nas suas próprias mãos passou a constituir uma marca identitária transversal do imaginário norte-americano. Desde muito cedo que ser americano foi ser radical, foi ser desafiador de valores instituídos e foi ser um constante agente de mudança. Tendo isto em consideração, a nação situa-se no quadro mitológico em permanente passagem revolucionária de encontro à utopia porque “nos Estados Unidos da América, pela razão de estar ancorado numa espécie peculiar de retórica, o apelo à dissidência inscreveu o próprio radicalismo na causa do American Way” (Bercovitch 1980: 53 – tradução minha). Se adicionarmos este facto a uma certa desvinculação espacial que o povo denota, então poderemos afirmar com segurança que nada demonstra mais aquilo que é ser tipicamente americano do que a Beat Generation.

O fervoroso desejo de fuga à civilização, o empenho intenso no evitar do, segundo eles, falso “sonho americano” foi concretizado no espaço físico, mas também no espaço mental. A imensa vulnerabilidade em relação aos revezes da época, bem

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

como a profunda suspeição face às ortodoxias que a dominavam, levaram a todo o tipo de experimentação, quer seja através do arroubo escapista das substâncias alucinogénicas, quer seja pela perseguição das iluminações espirituais do misticismo e teologia oriental:

[A]través do consumo de drogas ou através da prática de uma disciplina espiritual rigorosa é possível irromper pelas camadas superiores da consciência conformista e alcançar o autêntico estado natural de enlevação. Mas aqui o ponto significativo é que ambos os tipos de libertação envolvem a conexão, tal como Ginsberg reconheceu, da revolta contra a máquina e da recuperação do natural. (Marx 1988: 202 – tradução minha)

O sistema de crenças budista inspirou assim, naturalmente, o estilo de vida da Beat Generation. A subjugação do “eu” aos fundamentos primordiais de toda a natureza, apenas atingível pela meditação prolongada, privilegia a negação do racional e a admissão do mais pleno individualismo. As drogas alimentavam este modelo de busca pessoal pelas respostas às problemáticas questões do tempo permitindo, simultaneamente, vários tipos de viagens. Estas eram as formas evasivas de resistência à repressão psicológica de uma América marcada pelo consenso cultural e pelas tensões políticas dos anos cinquenta. O poder científico racional surgiu primeiramente como resposta às normas limitativas do dogmatismo religioso para, mais tarde, se tornar ele próprio dogmático através da consolidação do valor da eficiência técnica acima de todas as outras qualidades humanas. Do mesmo modo, a ideologia tecnocrata associava-se à desvalorização de qualquer processo criativo em favor do entretenimento imediato como forma de corresponder ao – e conservar o – consumismo mais supérfluo.

O mais emblemático texto literário de Jack Kerouac, *On the Road*, é por muitos considerado como a verdadeira bíblia da Beat Generation. Esta obra, publicada em 1957, deu uma voz audível à geração mais jovem que clamava por algo melhor do que a próspera sociedade conformista em que vivia. A produção literária que mais

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

habitualmente brotou da Beat Generation ocupava-se com a descrição de tentativas de fuga à realidade mundana por meio de diferentes formas de transcendência. Os protagonistas mais vulgares tomavam todas as providências necessárias para deixar para trás o sistema social concreto, ao mesmo tempo que procuravam um indeterminado conjunto de princípios inspiradores e modelares. *On the Road* narra, deste modo, as viagens transcontinentais de Sal Paradise e Dean Moriarty em demanda pelo, ainda que abstracto, verdadeiro espírito da América. Durante o decorrer da acção apercebemo-nos que Moriarty é o mais perfeito representante da Beat Generation, rebelde perante o sistema instalado, marginal em relação à sociedade estabelecida. Por outro lado, Paradise parece ser o símbolo alegórico do vazio que caracteriza a juventude dos anos cinquenta. De mãos dadas, ambos buscam impacientemente em culturas desconhecidas e distantes, ou pela estrada fora, possíveis soluções para os seus constantes estados de ansiedade. Esta busca é despoletada porque aquele paradigma nacional já não é capaz de oferecer respostas satisfatórias e por isso mesmo, no âmbito das suas viagens geográficas, a importância da breve e significativa incursão pelo descomedido México. A fonte da tranquilidade mental não era importante, o essencial era ser possível adquirir paz consigo mesmo.

No périplo pela América, o “beat” raramente se imiscui nos círculos da sociedade instituída. Ele prefere conviver com os indivíduos que estão à margem da cultura “mainstream” (delinquentes, vagabundos, desterrados, etc.) confrontando-se sucessivamente não só com a variedade física, mas também com a diversidade humana da nação. A viagem, ou o “processo utópico” pelo qual Paradise passa produz uma maturação do seu carácter. Neste sentido, a experimentação com a dura realidade material permiti-lhe ultrapassar e vencer uma certa ingenuidade pessoal que, na verdade, constituía a sua imagem de marca logo desde as primeiras páginas da obra. A visão da América de Sal vai assim oscilando entre a desilusão pela condição do país e o deslumbramento pela multiplicidade de pessoas que nele habitam e que nele constantemente sonham. O desapontamento demonstrado pelos membros da Beat

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

Generation com a forma como a “utopia dominante” norte-americana se havia materializado fez com que estes criassem para si novas utopias, num movimento simultaneamente contracultura – pela recusa da sociedade organizada – e tipicamente americano – pela recuperação de traços distintivos culturalmente transversais.

A Beat Generation constitui, de facto, um dos maiores símbolos da procura norte-americana por verdadeira liberdade de espírito contra qualquer tipo de condicionantes; quer seja contra um império colonizador, quer seja contra uma sublevação interna de negação de ideais irrefutáveis, quer seja contra uma superpotência ameaçadora da sua posição no mundo, ou quer seja contra uma, mais ou menos séria, crise económica. Essa liberdade de espírito é sempre convertida em princípios transcendentais, uma espécie de religião mitológica que não promete já salvação divina, como os credos mais comuns, mas antes a concretização da felicidade na terra. Assim sendo, não é surpreendente que também a vida do “beat” fosse comandada pela busca da luz utópica ao fundo de um túnel cada vez mais estreito e restritivo. Em *On the Road*, este aspecto identitário crucial é representado pela persistente demanda de Sal e Dean pelo “it”, um místico e misterioso tipo de conhecimento ao qual Allen Ginsberg atribuiu propriedades paradisíacas e que Jack Kerouac definiu como, “the moment when you know all and everything is decided forever” (Kerouac 1957: 129). Tal momento, em que toda a cronologia cessa, pode apenas ser atingido por Sal através do cândido percorrer da estrada ou pelo desregrado consumo de álcool e drogas. Nas suas próprias palavras:

And for just a moment I had reached the point of ecstasy I had always wanted to reach, which was the complete step across chronological time into timeless shadows, and wonderment in the bleakness of the mortal realm, and the sensation of death kicking at my heels to move on, with a phantom dogging its own heels, and myself hurrying to a plank where all the angels dove off and flew into the holy void of uncreated emptiness, the potent and inconceivable radiances shining in bright Mind Essence, innumerable lotus-lands falling open in the magic mothswarm of heaven.
(173)

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

Esta prosa desinibida, espontânea e experimental demonstra a tentativa do autor encontrar um método artístico que permitisse a comunicação plena das profundezas da frustração da sua geração para com o mundo moderno.

O “beat” recusava recorrer ao limitativo sistema tradicional das palavras para a verbalização da consciência. Quer isto dizer que o Jazz surgia assim, naturalmente, como uma das formas mais privilegiadas de transmitir emoções sem ser necessário recorrer à regularidade e ordenação da linguagem. Na mais perfeita imagem do que constitui o “it”, Sal descreve:

Dean and I sat alone in the back seat (...) and talked. 'Now, man, that alto man last night had IT – he held it once he found it; I've never seen a guy who could hold so long.' I wanted to know what 'IT' meant. 'Ah well' – Dean laughed – 'now you're asking me impon-de-rables – ahem! Here's a guy and everybody's there, right? Up to him to put down what's on everybody's mind. He starts the first chorus, then lines up his ideas, people, yeah, yeah, but get it, and then he rises to his fate and has to blow equal to it. All of a sudden somewhere in the middle of the chorus he gets it – everybody looks up and knows; they listen; he picks it up and carries. Time stops. He's filling empty space with the substance of our lives, confessions of his bellybottom strain, remembrance of ideas, rehashes of old blowing. He has to blow across bridges and come back and do it with such infinite feeling soul-exploratory for the tune of the moment that everybody knows it's not the tune that counts but IT'.
(206)

A música confere, portanto, uma nova acepção à palavra “beat” enquanto marcador do compasso do ritmo do Jazz. Por outro lado e para além deste conceito, um outro ganhou força para designar o sentido beatífico da Beat Generation, na medida em que todos os momentos partilhados com os companheiros de estrada que formavam uma irmandade de “peregrinos” vão transformando em solo sagrado cada rua percorrida e cada beco visitado. Esta comunidade de anjos caídos foi aquilo que, melhor do que ninguém, Jack Kerouac definiu como a geração:

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

[O]f crazy, illuminated hipsters suddenly rising and roaming America, serious, curious, bumming and hitchhiking everywhere, ragged, beatific, beautiful in an ugly graceful new way – a vision gleaned from the way we had heard the word 'beat' spoken on street corners on Times Square and in the Village, in other cities in the down-town-city-night of postwar America - 'beat' meaning down and out but full of intense conviction. (Kerouac 1958: 24)

O herói “beat” apercebe-se assim que ninguém se preocupa o suficiente com os outros ao seu redor e, por isso mesmo, procura por diferentes meios aceitar a inevitabilidade da perda de filiações sociais. O forte ressentimento contra as pressões do conformismo, contra o modelo da sociedade dominante e contra a procura desenfreada pelo progresso material leva o indivíduo a recolher-se sobre si mesmo. Perante a incapacidade de encontrar laços com a sociedade, o herói parte em busca de uma relação mais perfeita e harmoniosa com o Universo.

Apesar do tom nostálgico com que termina *On the Road*, a “utopia marginal” da Beat Generation é derrotada pelo carácter aglutinador do etnocentrismo americano. No final da obra, Sal Paradise é vencido pelo capitalismo industrial, recusa o estilo de vida “beat”, retorna ao dia-a-dia sedentário da cidade e é assimilado pelo sistema de ideias predominante. O que a mais clássica literatura da nação demonstra:

[N]ão é uma atitude única e fixa para com a cidade, mas antes um tipo de campo semântico ou ideológico em que uma série de atitudes, algumas delas contraditórias, é gerada. Este campo é limitado, por um lado, por representações do *status quo*, ou seja, por várias incorporações da cultura dominante do capitalismo industrial. Por outro lado, contudo, este campo está também limitado por distintivas e intensas exigências e expectativas dos incansáveis peregrinos americanos que são auto-impelidos por visões pastoris de possibilidade. (Marx 1988: 226 – tradução minha)

A instabilidade de vínculos espaciais, a avidez pela experiência e o favorecimento de

A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem

tudo aquilo que é novo sobre tudo aquilo que é antiquado são o resultado também, mas não só, do passado pioneiro norte-americano e de três séculos de vivência da fronteira. Estes traços culturais, recuperados cabalmente pelos membros da Beat Generation, contribuíram para o carácter singular dos Estados Unidos da América. A excepcionalidade americana é caracterizada por aquele “desejo de peregrinação permanente”, ao qual faz referência Mário Avelar no prólogo a *História(s) da Literatura Americana*, “de viagem no espaço físico e no espaço da memória, na virtualidade de, qual Adão no paraíso reconquistado, se regenerar, começar de novo: de inocentemente conquistar uma nova identidade” (Avelar 2004: 22). O “beat” tentou exactamente explorar, adaptar e estabelecer espaços heterogéneos baseados nos melhores exemplos de anteriores grupos marginais cuja exclusão parecia garantir simultânea imunidade face aos privilégios e aos perigos modernos. Em síntese, a Beat Generation recusou de forma veemente a promessa da “utopia dominante” do período do pós-guerra substituindo-a, de forma sempre transitória, por uma outra empresa, uma “utopia marginal” eminentemente pessoal e romântica.

Conclusão – Uma nação em constantes acabamentos

Over the entrance hovers an enormous specimen of the American eagle (...). With the customary infirmity of temper that characterizes this unhappy fowl, she appears (...) to warn all citizens, careful of their safety, against intruding on the premises which she overshadows with her wings. Nevertheless, vixenly as she looks, many people are seeking, at this very moment, to shelter themselves under the wing of the federal eagle (...). But she has no great tenderness, even in her best of moods, and, sooner or later,—oftener soon than late,—is apt to fling off her nestlings with a scratch of her claw, a dab of her beak, or a rankling wound from her barbed arrows. (Hawthorne 2005: 8)

A construção do edifício cultural norte-americano é uma tarefa contínua que se executa de acordo com dois movimentos distintos e contrastantes. Um primeiro movimento passivo de sedimentação diacrónica do sistema de ideias predominante e um segundo movimento activo que se define na sua mais directa oposição. Esta contraposição é consequência da própria diversidade do povo que habita o país. A insatisfação que lhe está intimamente inerente provém de uma orgânica nacional peculiar – produto resultante da mistura das mais variadas origens – que impede a existência de uma ideologia dominante única e inalterável. Por isso mesmo, é compreensível a necessidade do estabelecimento de um conjunto alargado e superior de ideais que regule comportamentos, aproxime distâncias e iguale diferenças. Por outro lado, o movimento de problematização sincrónica do sistema de ideias predominante visa a sua concreta discussão e, por esse meio, a sua efectiva melhoria. Não é por acaso que as “utopias marginais” que analisámos (o Pastoralismo de Thomas Jefferson e a procura utópica indeterminada da Beat Generation) tenham acabado sempre por resultar de um descontentamento visível perante a impossibilidade de concretização plena da “utopia dominante” que manifesta, defende e promove todos aqueles valores comuns

genericamente partilhados. O “sonho americano”, por exemplo, que proclama abundância, que procura vencer a escassez e que se realiza pelo ininterrupto conquistar de riqueza material é alcançado sempre por um número diminuto de pessoas. Estes privilegiados adquirem um tipo de felicidade que depende normalmente da sustentabilidade dos recursos naturais do país e frequentemente do atropelo dos próprios direitos individuais de cada um. Além disso, as instituições do paradigma hegemónico raramente ajudam o indivíduo a perseguir e a cumprir os seus sonhos. Assim sendo, a reacção contra este paradigma a que conduz a “utopia dominante” é governada, também ela, por princípios utópicos. Isto demonstra que o fenómeno utópico está fortemente enraizado no imaginário colectivo, a sua recorrência indica que a utopia constitui uma das forças circulares mais importantes da cultura da nação. De tal facto não podem restar dúvidas quando resposta e contra-resposta se encontram envoltas pelas mesmas características filosóficas essenciais.

A perspectivação utópica da realidade é uma característica inseparável da condição humana que deriva da combinação de dois dos seus mais poderosos atributos constituintes – a razão e a imaginação. A racionalidade concedida à utopia empresta algumas das características a que nos habituamos a tomar como certas no mundo real à construção de mundos paralelos ideais. A verosimilhança entre ambas as realidades faz confiar na possibilidade de verdadeira transposição para o material do que é imaginativamente descrito. Tanto é que quando deparamos com utopias pensamos imediatamente em pressupostos inalcançáveis ou fantasiosos. No entanto, a utopia é um projecto intencional para a reforma, ou mesmo para a reformulação, da vida humana. Estes pressupostos por si apresentados relembram-nos das múltiplas potencialidades da experiência. Por esta via é possível tomar consciência de que o mundo em que vivemos não é estático, mas antes volúvel e inconstante e, portanto, sempre susceptível de ser emendado. Todos os modelos conceptuais ideais ajudam-nos a pensar, as implicações das nossas construções mentais, a detecção dos seus erros, o processo da sua crítica e resolução facilitam o vencer das limitações e dificuldades da existência. A utilização

ponderada da imaginação e a capacidade de conjecturar cenários geram possibilidades que, apesar de irrealizáveis, nos guiam de encontro a um aperfeiçoamento da vida em sociedade. Deste modo, o “processo utópico” assim definido surge enquanto forma de actualizar a própria ideologia já que a projecção de dúvidas ou anseios em planos ficcionais da existência questiona e visa alterar aquilo que de facto já existe.

O Pastoralismo aduzido por Thomas Jefferson constitui, desde logo, uma “utopia marginal” porque projecta um modelo conceptual de sociedade ideal sobre um futuro imaginado. Esta realidade é regulada por valores que divergem do cânone estabelecido contrariando directamente o sistema de ideias predominante. Embora recuperando alguns dos valores primordiais da nação, a visão de Jefferson de uma América pastoril emanou em clara discrepância com o seu tempo histórico específico. Como já anteriormente observamos, a utopia dimana de um descontentamento humano profundo sendo motivada por “problemas colectivos” vários. O seu objectivo é tornar visível um topo ideal e motivar uma escalada em busca dessa idealidade. Neste sentido, a uma degradação das condições de vida nas cidades despoletada por processos desregrados de industrialização e urbanização respondeu a mais diversa projecção de inquietações, dúvidas e anseios sobre planos potenciais da existência. A crítica a um paradigma urbano dominante tido como opressivo dos mais básicos direitos humanos foi composta, em diversos momentos da História da nação, pela defesa do retorno a uma condição primitiva. Mergulhando os sentidos numa condição de idílica inocência paradisíaca, toda a complexidade do mundo poderia ser, em tal caso, apreendida. Mergulhando o indivíduo numa condição natural de autonomia e independência, todas as restrições da sociedade poderiam ser, sem demora, ultrapassadas.

Desde muito jovem, Jefferson conviveu íntima e atenciosamente com os aborígenes norte-americanos. O estilo de vida autóctone de pacífico e franco trato, de plena e mesmo mística harmonia com o espaço natural, personificava sob o seu ponto de vista todos os valores sublimes que a nação deveria, a qualquer o custo, fomentar. Porém, a alternativa pastoril jeffersoniana só poderia sobreviver através da edificação de

um paradigma rural viável a nível nacional. O projecto agrário dependia assim do sucesso económico para se mostrar enquanto alternativa válida em relação aos modelos e instituições dominantes. Aqui tanto a suficiência material como o equilíbrio emocional, assentes no trabalho árduo mas sensato da terra, sobrepunham-se a todos os outros valores orientadores. A exploração coerente da abundância natural pela agricultura salvaguardaria a prosperidade nacional e, deste modo, a possibilidade de perseguição de uma mais saudável felicidade. O campo era o reservatório das melhores qualidades humanas, o simples contacto com este sistema ideológico produziria as mais benéficas modificações no sujeito. Com efeito, nas cidades de hoje é bastante visível a vontade de conciliar a existência daquilo que é manifestamente urbano com aquilo que dirige o rural. Prova disso mesmo é o notável rectângulo verde encaixado de forma atípica bem no âmago da densa malha urbana nova-iorquina. A simbiose entre o elemento natural herdado de um espaço selvagem inesgotável e o carácter progressivo de uma nação insaciável é exemplificada pela presença excêntrica de Central Park em Nova Iorque. O indivíduo desfruta do melhor de dois mundos. O indivíduo desfruta na cidade dos resultados de um “processo utópico” que relembra, contra a corrente, os valores ancestrais de uma vida passada no campo.

A denominada Beat Generation irrompeu na História norte-americana num período onde os processos progressistas iniciados na época de Jefferson se encontravam já a funcionar a pleno vapor. A sociedade próspera do pós-Segunda Guerra Mundial foi observada, uma vez mais, enquanto prova efectiva do inquestionável advir ideal da nação. Em constante desafio a um tipo de sociedade industrial cujas origens datavam já de um tempo ainda anterior à Segunda Grande Guerra,²⁹ a Beat Generation adoptou um modo de vida invulgar e experimental. Contra a “utopia dominante” que apregoava a uniformização e a massificação da produção e do pensamento, esta “geração” pretendeu combater a tendência conformista da população, procurou fazer ruir consciências

²⁹ Período superiormente retratado pelo célebre e assertivo filme de Charles Chaplin, *Modern Times* (1936).

firmadas e despertar militâncias entorpecidas. Apesar de um grupo restrito de pessoas dificilmente constituir uma geração, uma geração pode ser representada por um grupo mais ou menos restrito de pessoas. A recuperação da Beat Generation de alguns dos ideais norte-americanos mais comuns, o retorno a algumas directrizes advindas do seu legado mítico peculiar fez deste movimento um fenómeno muito menos estranho ao edifício cultural da nação do que aquilo que os seus contemporâneos fizeram julgar. Através da criação artística ou através do consumo excessivo de drogas e álcool, através do poder libertador da música ou através do percorrer imaculado das ruas onde tudo é novidade e fonte de sentido, os membros da Beat Generation partiram à procura de uma ideia de país que poderia apenas existir no seu imaginário colectivo. A demanda por esta sua “utopia marginal”, já que alheia ao sistema de ideias predominante, potenciava uma busca que pretendia conferir regularidade a uma realidade já de si suficientemente instável. Se considerarmos que a valia de todas as utopias deve ser sempre calculada pelo carácter inspirador da tese que é apresentada, então, o “processo utópico” patrocinado pela Beat Generation desbravou caminho para outros movimentos de luta social subsequentes percorrerem. A recuperação da noção de “desobediência civil” e a crítica implícita ao sistema político organizado foram herdadas pelos “hippies” dos anos sessenta, pelos movimentos de defesa dos direitos civis norte-americanos e ainda pelos diversos movimentos estudantis que, desde então, se formaram. Desta forma, a contínua necessidade de questionar a existência é uma tradição cultural, é um aspecto identitário particular que se repete ciclicamente e que traz à memória a indispensabilidade de se abrir espaço, ontem como hoje, lá como cá, à verdadeira dissidência intelectual.

A emergência de novos movimentos ou tendências implica sempre a perda momentânea de credibilidade da “utopia dominante”. As suas diferentes pressuposições sobre aquilo que de facto constitui qualidade de vida parecem por vezes denegrir e limitar a individualidade humana. Assim sendo, a desconfiança em relação a um sistema político tecnocrata e a reaproximação à mentalidade pastoril são temas constantemente retratados pelos mais conceituados pensadores norte-americanos. Um dos mais comuns

e engenhosos dispositivos por si utilizados é a repentina intromissão do elemento mecânico na paisagem natural. Por um lado, a máquina funciona como “problema colectivo”, é o elemento usurpador da imagem de satisfação idílica, e por outro, a súbita aparição deste factor desestabilizador no jardim norte-americano traduz o encontro de dois mundos, representa o choque ideológico entre todas as vicissitudes dos paradigmas rural e urbano. Neste sentido, a máquina é a alegoria perfeita para o imparável poder das forças civilizacionais que “debulham” o ideal pastoril despojando-o de grande parte do seu significado. Na América, o barco e o comboio a vapor, o sistema fabril e a cidade industrial foram frequentemente interpretados enquanto energias intrusivas e disruptivas da aparente tranquilidade prevalecente. A crítica face a estas energias caracterizou tanto o desígnio pastoril de Thomas Jefferson, como a revolução cultural dos anos cinquenta. As suas respostas ao racionalismo determinista e progressista consistiram na aplicação díspar do mesmo tipo de romantismo pastoril. A máquina foi, na verdade, a genuína conquistadora do terreno natural norte-americano. Ficando para sempre associada ao desenvolvimento e ao prosperar da nação, o seu significado espelhava o novo poder do ser humano para controlar as leis da natureza e a sua influência acentuava a noção de um corte umbilical com o passado arcaico. No entanto, a tensão entre a natureza e a civilização, as duas concepções que explicam e compõem resumidamente a condição humana, nunca pode ser definitivamente resolvida. O Novo Mundo preconizava que o mito do jardim iria celebrar a passiva acomodação do indivíduo às leis da natureza. Ali, a sobrevivência dependeria daquilo que a terra produzisse. Mas a máquina trouxe consigo um projecto de economia desenhado pelo intelecto humano, onde o sujeito afirmava o seu activo domínio sobre o elemento natural do espaço selvagem.

Consideremos agora a produção literária como uma das mais profícuas faces visíveis da cultura de uma nação. A mais emblemática literatura dos Estados Unidos da América apela à criação de um laço emocional com o protagonista e com os seus intentos. A figura central está localizada, não raras vezes, à margem do sistema de ideias predominante procurando, de forma incessante, por um alternativo modo de vida.

A estrutura narrativa mais habitual abre com a personagem principal ainda totalmente absorpta num ambiente social circunspecto e redutor. Neste ambiente a tecnologia, o sistema, ou a máquina são vistos como representantes das restritivas e controladoras instituições da sociedade. Perante este cenário, o protagonista inicia uma demanda que reclama pelo descobrir de uma existência mais próxima daquilo que constitui a verdadeira essência das coisas. Movida pelo impulso pastoril, a indagação encontra muitas vezes réplica na liberdade e independência da mais singela vida natural. A harmonia é alcançada pela execução de uma retirada para um mundo mais simples. Deste ponto privilegiado, a complexidade da civilização é finalmente decifrada pela mais pura inocência. Por fim, o último vislumbre que temos do protagonista mostra os resultados de um “processo utópico”. O contacto real com a utopia pastoril opera uma espécie de revelação inesperada, o indivíduo escolhe recuar a uma situação anterior de bem-estar adquirido com a ordem dominante estabelecida. Este último estado nunca é uma realidade permanente pois a possibilidade de um interlúdio utópico tem de ser indeterminadamente preservada. Desta forma, a fuga em direcção à natureza é um modo, utilizado pela mais admirável literatura da nação, de condenar recusando a sociedade inspirada pela “utopia dominante”. Toda a acção se desenrola através da deslocação de um ambiente sofisticado para um ambiente que menos denote as marcas da civilização. A “utopia marginal” que motiva esse deslocar vai ao encontro e atenua o desejo pela edificação de uma alternativa que advém também da diversidade que caracteriza a nação. No terreno natural o indivíduo efectua uma catarse que o imune provisoriamente das perniciosas influências da civilização. Neste interregno recarrega baterias para depois sempre voltar ao caminho da concretização do advir ideal da nação tal como idealizado pelo cânone. A “utopia marginal” abre uma oportunidade para que os reprimidos valores dissonantes sejam vazados e promovidos. Consequentemente, são controladas e minoradas, por este subterfúgio, as tensões internas que poderiam resultar do confronto concreto destes valores com aqueles professados pela “utopia dominante”.

Se diferentes povos possuem diferentes modos de perspectivar a realidade, então

diferentes povos possuem diferentes utopias. Nem todos os cidadãos dos Estados Unidos da América seguem os mesmos preceitos canónicos como, da mesma maneira, nem todos são seus violentos opositores. As reacções de cada um, neste cenário particular, dependem sempre dos factos sociais que lhes estão na origem. No contexto cultural norte-americano, a “utopia dominante” e a “utopia marginal” contribuem em parte iguais para a construção de uma imagem única de comunhão nacional, uma verdadeira “comunidade política imaginada”. A diversidade da nação, raramente vista como uma das suas mais robustas forças motrizes, origina a natural existência de preceitos dissonantes. Estes são, por sua vez, projectados através do tradicional fenómeno utópico em mundos paralelos, realidades ficcionais ou alternativas modelares que servem de exemplo a seguir. O “processo utópico”, o conduzir do quotidiano tendo em vista o igualar de uma idealidade irrealizável, chama a atenção para o equívoco de se olhar demasiadamente aos resultados do projecto e de menos à preponderância dos processos que conduziram à sua concretização. O sistema de ideias predominante é alterado porque a “utopia dominante” que o projecta num futuro ainda por vir absorve todas as “utopias marginais”, isto é, transforma-as em veículos de denúncia dos seus próprios erros e desvios. Através deste recurso cultural a América é mais vigorosamente recolocada no caminho da concretização dos seus princípios fundadores. Assim sendo, as “utopias marginais” são subalternas à dominante pois apesar de a criticarem veementemente, também a influenciam e delineiam. Traçam com ela uma relação que altera ambas. A rebelião contra a ideologia dominante através da construção imaginativa de possibilidades opcionais não pretende o súbito alterar da realidade, mas antes o perpetuar de uma presença do passado mítico num presente perceptível aos sentidos.

A necessidade humana e, portanto, não exclusivamente americana, de erigir um projecto e continuamente perseguir a sua concretização visa preencher um vazio, é uma forma de mitigar as imperfeições da existência colectiva. As utopias não só apontam para novas e desejáveis possibilidades como também oferecem um prisma através do

qual o indivíduo pode julgar a sua própria realidade. Com efeito, o fenómeno utópico não é a procura da sociedade perfeita, mas sim a busca por uma sociedade melhor. A utopia é um compromisso para a criação da melhor sociedade possível. A “alternativa”, a “hipótese” e a “visão” por si criadas são não só uma forma muito eficaz de o género humano granjear escapar à História, como também constituem instrumentos mais do que capazes de motivar a concretização de determinados objectivos mais específicos. A dissidência que, por vezes, é promovida funciona como forma de questionar e, assim, reformar a realidade. Em conclusão, o edifício cultural norte-americano é concebido por valores comumente partilhados como, por exemplo, o progressismo, o industrialismo e o materialismo. No entanto, estes ideais são constantemente reactualizados, regenerados e reinventados através do retorno ao legado mítico peculiar do qual parece fazer parte o Pastoralismo de Thomas Jefferson e o, ainda que espiritual, empreendedorismo voraz da Beat Generation. As “utopias marginais” são meras reconstruções míticas do passado que marcadas por traços identitários comuns têm em vista, acima de tudo, a coesão nacional, simultaneamente, conferindo ao país uma dinâmica e mobilização social que só um forte projecto utópico, assente na luz estimuladora da prometida felicidade realizável, pode proporcionar.

Obras Citadas

- Ainsa, Fernando (1991). "Do We Need Utopia?". *The Unesco Courier*. (Fev.). 13-16.
- Anderson, Benedict (2003). Introduction. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Por Anderson. London: Verso. [1983]. 1-7.
- Avelar, Mário (2004). *História(s) da Literatura Americana*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Baudrillard, Jean (1989). *America*. Trad. Chris Turner. London: Verso.
- Bercovitch, Sacvan (1980). "Fusion and Fragmentation: the American Identity". *The American Identity: Fusion and Fragmentation*. Ed. Rob Kroes. Amesterdam: Amerika Instituut, Universiteit Amstertam.
- Berlin, Isaiah (1990). "The Decline of Utopian Ideas in the West". *The Crooked Timber of Humanity: Chapters in the History of Ideas*. Ed. Henry Hardy. Princeton: University Press. 20-48.
- Billington, Ray A. (1966). *America's Frontier Heritage*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Bradbury, Malcolm & Richard Ruland (1991). *From Puritanism to Postmodernism: A History of American Literature*. New York: Penguin Books.
- Crèvecoeur, Hector St. John (1963). *Letters from an American Farmer and Sketches of Eighteenth-Century America*. New York: New American Library.
- Davis, J. C. (1983). "Utopia and the Ideal Society: in Search of a Definition". *Utopia and the Ideal Society: a Study of English Utopian Society*. Cambridge: University Press. 11-40.
- Ewen, Stuart (1976). *Captains of Consciousness: Advertising and the Social Roots of the Consumer Culture*. New York: McGraw-Hill.
- Fitzgerald, F. Scott (1953). *The Great Gatsby*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Fortunati, Vita & Raymond Trousson (eds.) (2000). *Dictionary of Literary Utopias*.

Paris: Honoré Champion.

Gray, Richard (1989). *Writing the South: Ideas of an American Region*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hawthorne, Nathaniel (2005). "The Custom-House". *The Scarlet Letter and Other Writings*. Ed. Leland S. Person. New York: W. W. Norton & Company. 7-35.

Holmes, John C. (1952). "This Is the Beat Generation". *The New York Times Magazine*. (Nov.). 10.

Jefferson, Thomas (1977). "Notes on the State of Virginia". *The Portable Thomas Jefferson*. Ed. Merrill D. Peterson. London: Penguin Books. 23-232. [1781].

Kerouac, Jack (1957). *On the Road*. New York: Penguin Books.

_____ (1958). "Aftermath: The Philosophy of the Beat Generation". *Esquire Magazine*. (Mar.). 24-25.

Mannheim, Karl (1960). *Ideology and Utopia: an Introduction to the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul. [1936].

Marx, Leo (1973). *The Machine in the Garden: Technology and the Pastoral Ideal in America*. London: Oxford University Press. [1964].

_____ (1988). *The Pilot and the Passenger: Essays on Literature, Technology and Culture in the United States*. New York: Oxford University Press.

_____ (1989). "Pastoralism in America". *Ideology and Classic American Literature*. Ed. Sacvan Bercovitch & Myra Jehlen. Cambridge: Cambridge University Press. 36-69.

Miles, Steven (1998). *Consumerism – As a Way of Life*. London: SAGE Publications.

Popper, Karl (1993). *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos*. Trad. Anabela Sottomayor e Catarina Labisa. Vol. I. Lisboa: Editorial Fragmentos. [1945].

Sargent, Lyman T. (1994). "The Three Faces of Utopianism Revisited". *Utopian Studies* 5.1. 1-37.

Sheehan, Bernard W. (1974). *Seeds of Extinction: Jeffersonian Philanthropy and the American Indian*. New York: The Norton Library.

Smith, Henry Nash (1975). *Virgin Land: The American West As Symbol and Myth*. Cambridge: Harvard University Press.

Thoreau, Henry D. (1950). "Civil Disobedience". *Walden and Other Writings*. Ed. Brooks Atkinson. New York: The Modern Library. 635-659.

Índice

Agradecimentos	pág. 2
Introdução – Os alicerces estruturais da nação	3
Capítulo I – Utopia e suas singularidades: o caso americano	7
Capítulo II – O Pastoralismo de Thomas Jefferson: o espaço selvagem, o espaço civilizado e a fronteira	23
Capítulo III – A Beat Generation: a fuga, a procura e a viagem	47
Conclusão – Uma nação em constantes acabamentos	66
Obras Citadas	75